

PARECER INDEPENDENTE

sobre o Framework de Títulos Sustentáveis da Aegea Saneamento e Participações S.A

Alinhamento com ODS							
Alinhamento com Categorias ICMA (GBP / SBP)		<ul style="list-style-type: none"> • Gestão sustentável dos recursos hídricos; • Acesso a serviços essenciais e infraestrutura básica; • Prevenção e controle da poluição; • Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra; • Avanço e capacitação socioeconômica. 					
Critério GBP /SBP	Nível de alinhamento com as melhores práticas	Pontos Fortes		Pontos de melhoria			
1. Uso de Recursos	Satisfatório	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Investimentos alinhados ao framework serão destinados para serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto, geração de energia renovável, eficiência energética e redução da desigualdade para população em situação de vulnerabilidade; ✓ Projetos estão alinhados a categorias elegíveis dos GBP e SBP; 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Parte dos recursos das emissões pode ser direcionado para OPEX (até 20%); ✗ Período de <i>look-back</i> superior a 24 meses para reembolso e refinanciamento (CAPEX); ✗ Prazo de alocação futura dos recursos é superior a 48 meses; ✗ Ativos investidos parcialmente alinhados com critérios da CBI e Taxonomia da União Europeia; 				
2. Seleção e avaliação de projetos	Confortável	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Grupo Aegea, responsável pela operação dos ativos, possui Sistema de Gestão Ambiental robusto, com base em padrão ISO 14.001, auditorias de meio ambiente, saúde e segurança ocupacional e ampla experiência no setor de saneamento; ✓ Lista de exclusão baseada na legislação e normais socioambientais para seleção dos projetos; ✓ Avaliação dos projetos passa por comitê executivo ESG com executivos da empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Controvérsias de governança, recentes, que foram solucionadas após acordos judiciais e aprimoramento da gestão da integridade da companhia; ✗ Ativos investidos não apresentam indicadores mínimos de desempenho alinhados com critérios da CBI e Taxonomia da União Europeia ou outras taxonomias. 				
3. Gestão de Recursos	Confortável	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Política de aplicações financeiras do grupo Aegea somente permite o investimento em ativos financeiros de alta liquidez e em atividades que não sejam carbono intensivas, incluindo lista de exclusão para atividades de impacto socioambiental negativo; ✓ Framework apresenta o compromisso de que a soma das emissões sustentáveis não seja superior ao valor dos projetos e ativos elegíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Framework permite alocação temporária dos recursos em outras unidades de negócio da Aegea; ✗ Recursos serão geridos junto ao caixa do emissor sem segregação e manutenção em contas separadas; ✗ Framework não apresenta o compromisso de inserção de cláusulas de vencimento antecipado para todas as emissões amparadas. 				
4. Relato	Confortável	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Relato anual acerca da alocação dos recursos e indicadores socioambientais dos investimentos no website da emissora; ✓ Indicadores de impacto alinhados com os impactos socioambientais das emissões baseadas no framework; ✓ Parecer independente e framework serão disponibilizados no website do emissor; ✓ Framework prevê relato de indicadores pré-emissão; ✓ Indicadores de impacto socioambiental e de alocação dos recursos serão divulgados de forma segregada, com granularidade a nível dos projetos financiados com base no framework. 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Framework não define compromissos de realização de verificação independente ou auditoria externa quanto ao relato de informações financeiras e benefícios socioambientais reportados. 				

Sobre a SITAWI

A SITAWI é uma organização brasileira que mobiliza capital para impacto socioambiental positivo. Desenvolvemos soluções financeiras para impacto social e assessoramos o setor financeiro a incorporar questões socioambientais na estratégia, gestão de riscos e avaliação de investimentos. Somos uma das quatro melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o Extel Independent Research in Responsible Investment – IRRI 2019 – e a primeira organização brasileira a avaliar operações de dívida e fundos de investimento sustentáveis.

Sumário

Sobre a SITAWI.....	1
1. Escopo	2
2. Opinião	3
3. Performance ASG da Aegea	25
Green and Social Bond Principles Form.....	34
Anexo I – Método	39
Anexo II - Características socioambientais dos serviços de saneamento básico...	41

1. Escopo

O objetivo deste Parecer é prover uma opinião independente sobre o alinhamento do 'Framework de Títulos Sustentáveis' proposto pela Aegea aos Green Bond Principles, Social Bond Principles, Sustainability Bonds Guidelines e às melhores práticas internacionais de emissão de títulos sustentáveis. Os recursos obtidos com futuras emissões rotuladas serão utilizados para financiamento e reembolso de projetos de saneamento básico nas regiões de concessão da Aegea, bem como programas voltados para gestão de resíduos, geração de energia renovável, eficiência energética em unidades operacionais e redução da desigualdade para população em situação de vulnerabilidade.

Os *Green Bond Principles* (GBP) e os *Social Bond Principles* (SBP) são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de como um produto financeiro se caracteriza como Verde ou Social. Mais detalhes sobre esses princípios podem ser encontrados na seção **Método**. Complementarmente a esses princípios, o *Sustainability Bond Guidelines* afirma que Títulos Sustentáveis são aqueles que atendem os quatro componentes dos GBP e dos SBP.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)¹, *Social Bond Principles* (SBP), Sustainability Bonds Guidelines, os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation (IFC)*², a Publicação Não Perca Esse Bond (SITAWI, 2018), os *Climate Bonds Standards*, a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia³ e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da SITAWI é baseada em:

- Análise da coerência do Framework de Títulos Sustentáveis e da estratégia de atuação da Aegea como financiadora de ativos e projetos com comprovada adicionalidade ambiental e social;
- Análise do alinhamento do Framework com os *Green Bond Principles*, *Social Bond Principles*, *Climate Bonds Taxonomy* e outros padrões de sustentabilidade e climáticos;
- Desempenho ASG⁴ e gestão de riscos socioambientais da Aegea.

A avaliação utilizou informações e documentos fornecidos pela Aegea, sendo alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e entrevistas com equipes da empresa. Esse processo foi realizado entre abril e maio de 2022.

A SITAWI teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável de asseguarção em relação a completude, precisão e confiabilidade. Ressalta-se que durante o processo, a Aegea demonstrou alto nível de responsividade no provimento de informação e acesso a pessoas chave.

O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do *International Ethical Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

¹ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Regulatory/Green-Bonds/June-2018/Green-Bond-Principles---June-2018-140618-WEB.pdf>

² https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

³ https://ec.europa.eu/knowledge4policy/publication/sustainable-finance-teg-final-report-eu-taxonomy_en

⁴ Ambiental, Social e Governança. Do inglês ESG – Environmental, Social and Governance

2. Opinião

A SITAWI confirma que o ‘Framework de Títulos Sustentáveis’ da Aegea está alinhado aos *Green Bond Principles* (GBP), *Social Bond Principles* (SBP) e boas práticas internacionais para emissão de títulos sustentáveis. As categorias de projeto elencadas no Framework possuem contribuições positivas para o desenvolvimento sustentável e transição para uma economia de baixo carbono e inclusiva. Também consideramos que estes projetos estão alinhados à estratégia de sustentabilidade da Aegea. Essa conclusão é baseada nas análises a seguir.

Quadro 1 - Avaliação do Framework

ICMA Principles	Resumo da análise
<p>Uso de Recursos</p> 	<p>Definição do uso de recursos: Os recursos líquidos obtidos das emissões baseadas no Framework de Títulos Sustentáveis da Aegea serão utilizados para financiar ou refinar, no todo ou em parte, investimentos existentes e/ou futuros que atendam aos critérios de elegibilidade e estejam diretamente conectados com Projetos Elegíveis.</p> <p>Os investimentos podem ser elegíveis de acordo com os seguintes critérios: i) CAPEX desembolsados em até 3 anos (36 meses) anteriores à captação e/ou até a completa execução dos projetos; ii) OPEX desembolsados em até 2 anos (24 meses) anteriores à captação e/ou até a completa execução dos projetos.</p> <p>Projetos Elegíveis: Serão elegíveis todos os projetos e/ou gastos operacionais relacionados a seguir. Para cada emissão, o montante mínimo elegível de projetos (CAPEX) será de 80%, enquanto o montante máximo de gastos operacionais (OPEX) será de 20%. Gastos com mão de obra como o pagamento de salários, custos e despesas com aluguel de edificações, taxas e impostos, custos para obtenção de licenças e com outorga variável não são considerados elegíveis através do framework. A seguir são listados os projetos elegíveis ao Framework de Títulos Sustentáveis da Aegea separados de acordo com suas características de CAPEX e OPEX:</p> <p><i>Investimentos em CAPEX:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> <u>Ampliação da produção e da rede de abastecimento de água:</u> Investimentos em construção, melhorias, ampliações e modernização de estações de tratamento de água (ETA), estações elevatórias de água (EEA), melhorias e recuperação de poços e perfuração de novos poços, construção e melhorias de adutoras de água, extensão de redes de água, dentre outros; <u>Investimentos em segurança hídrica:</u> Desenvolvimento de novas fontes de captação, construção, reforço e ampliação de poços e reservatórios, incluindo a preservação de corpos hídricos, a ampliação da capacidade de produção de água e o desenvolvimento de novas fontes de captação como, a construção e recuperação de ETAs, construção, reforço e ampliação de poços e reservatórios, bem como projetos de proteção e recuperação de matas ciliares e biodiversidade, visando a preservação das fontes de captação de água; <u>Ampliação da rede de coleta e tratamento de esgoto:</u> Investimentos em projetos que contemplem a construção, melhorias e ampliação de estações de tratamento (ETE) e elevatórias de efluentes sanitários (EEE), execução de linhas de recalque, extensão das redes de coleta de esgoto dentre outros; <u>Investimentos visando o aumento da confiabilidade das operações:</u> Este tipo de projeto visa a garantia do fornecimento de água para os clientes e investimentos em melhoria da qualidade da água, incluindo automação, implementação e melhorias de centros de controles de operação, implantação e modernização de laboratórios, implantação e modernização de plantas para a fabricação de suprimentos necessários para o tratamento de água, dentre outros;

5. Programas de redução das perdas de água: Projetos compreendendo reparos e reduções de perdas físicas e comerciais, como a setorização, instalação e substituição de macromedidores e hidrômetros, automação de sistemas, implementação de telemetria ou telecomando, instalação de aplicativos de modelagem hidráulica, substituição de redes, aquisição e utilização de equipamentos e softwares para identificação de vazamentos, programas de redução de perdas comerciais incluindo cadastro, regularização e fiscalização das ligações;
6. Investimento em projetos para redução da emissão de gases efeito estufa (GEE): Esta categoria prevê programas de pesquisa e desenvolvimento de projetos como a adoção de novas tecnologias, melhorias e adequação das estações de tratamento de água e de esgoto, implementação de queimadores de biogás, implementação de secadores de lodo e outras iniciativas visando a redução no consumo de combustíveis para a disposição do resíduo dentre outros;
7. Programas para aumento da eficiência energética no processo de tratamento de água e/ou esgoto: São projetos que visam medidas de eficiência energética, reduzindo diretamente o consumo de energia em um sistema de abastecimento, como melhora na eficiência dos projetos por uso de fontes de captação de água mais eficientes em substituição a outras mais exigentes, como fontes superficiais em vez de fontes subterrânea, sistemas de bombeamento mais eficientes, variadores de frequência, digitalização e automação de processos;
8. Reciclagem de resíduos e/ou economia circular: Projetos voltados para reutilização do lodo e demais resíduos sólidos produzidos nas estações de tratamento de água e esgoto, reduzindo o volume de lodo destinado para aterros sanitários dentre outros, que tenham como benefício ambiental, a redução da emissão de gases do efeito estufa e o fortalecimento da economia circular;
9. Investimento em produção e geração de energia limpa (build to suit): Financiamento de projetos de geração de energia limpa e renovável (solar, eólica e biogás) dedicada exclusivamente às operações das unidades da Companhia. Serão financiados projetos de geração de energia que serão operados por empresas terceiras, onde o planejamento, a obra e a entrega são feitos de acordo com as necessidades da unidade. Segundo o Framework de Títulos Sustentáveis, os projetos serão elegíveis desde que não tenham sido rotulados como investimento do tipo verde em outra dívida ou financiamento;

Investimentos caracterizados como OPEX:

10. Preservação e/ou recuperação de biomas, matas e vegetação nativa e manutenção de barragens: Este tipo de projeto prevê investimentos voltados para a reabilitação, preservação e recuperação de biomas, assim como vegetação nativa de forma proativa, ou seja, que não sejam condicionantes do processo de licenciamento ambiental, obrigações legais ou contratuais e que estejam relacionados à recuperação e preservação de corpos hídricos, mananciais e demais fontes de captação de água ou corpos hídricos em que ocorram o despejo de efluentes;
11. Investimentos e gastos voltados para a ampliação do número de famílias cadastradas na tarifa social: Os investimentos nestes projetos preveem gastos como a contratação de mão de obra e recursos para mapear e enquadrar pessoas elegíveis ao programa, bem como as obras executadas visando garantir o acesso da população vulnerável ao serviço de tratamento de água e esgoto, regularização das ligações de água e esgoto, programas relacionados ao relacionamento com a população, especialmente a parcela vulnerável, visando estabelecer contato direto, manutenção de times setorizados, atendimento itinerante e manutenção das conexões. O framework destaca que estes projetos deverão ser implementados com ações além das previstas em possíveis obrigações legais e/ou regulatórias;
12. Programas de Pesquisa e Desenvolvimento para implantação de soluções operacionais e comerciais para a universalização dos serviços de saneamento: Este tipo de projeto prevê investimentos que tenham como objetivo levar água potável e/ou coleta e

tratamento de esgoto para regiões de aglomerados subnormais e bolsões de vulnerabilidade social;

13. Programas de Pesquisa e Desenvolvimento para implantação de soluções operacionais e comerciais para redução de perdas, reaproveitamento de subprodutos e aprimoramento da ecoeficiência dos processos: Prevê projetos que tenham como objetivo reduzir as perdas de água e reaproveitar subprodutos do processo de tratamento de água e esgoto como o lodo;
14. Projetos e programas para inclusão, capacitação e desenvolvimento de colaboradores com perfil de diversidade (mulheres, pretos e pardos): Estes projetos incluem cursos de desenvolvimento profissional, bolsas de estudo, coaching e treinamentos, com o objetivo de aumentar o percentual de participação de colaboradores com perfil de diversidade racial e de gênero em cargos de liderança, contemplando as posições desde CEO a gerentes. De acordo com o framework, não serão incluídos custos e despesas com folha de pagamento, tais como salários, benefícios, auxílios, impostos e outros.

Benefícios socioambientais esperados e alinhamento com standards de sustentabilidade

Investimentos na rede de coleta de esgoto doméstico (3) possuem diversos benefícios ambientais associados. A destinação correta do efluente doméstico previne a contaminação de corpos hídricos e do solo, bem como promove a conservação da biodiversidade, por meio da melhoria da qualidade da água dos sistemas hídricos. Ademais, **programas de redução de perdas de água** (5), **investimentos em segurança hídrica** (2) e **confiabilidade do abastecimento** (4), assim como a **ampliação dos sistemas e redes de abastecimento de água** (1) incluindo infraestrutura sustentável para água limpa e/ou potável, sistemas de drenagem urbana sustentáveis, reabilitação das áreas marginais e outras formas de mitigação de inundações promovem a gestão ambiental sustentável destes mesmos corpos (os trechos sublinhados representam categorias listadas pelos *Green Bond Principles*).

Perdas de água são inerentes a redes de distribuição de sistemas de abastecimento, de acordo com o estudo 'Panorama do Saneamento Básico no Brasil'⁵, em 2020 o índice de perdas de faturamento total no Brasil (IN013) foi de 37,5%, representando uma perda superior a R\$ 12 bilhões. Já o 'Diagnóstico Temático Serviços de Água e Esgoto (SNIS, 2021)⁶ indicou que o índice de perdas na distribuição (IN049) foi de 40,1%, representando 6,5 bilhões de m³ de água. De acordo com o Banco Mundial⁷, a média do índice de perdas de faturamento é de 15% em países desenvolvidos, e de 35% em países em desenvolvimento.

Segundo o estudo, as perdas reais afetam diretamente os custos de produção e a demanda hídrica, e elevados níveis de perdas levam a captação e produção superior ao volume efetivamente demandado. Isso leva a, entre outros, maior necessidade de produtos químicos para tratamento, energia para bombeamento, maior necessidade de manutenção, e desnecessária pressão sobre as fontes de abastecimento do recurso hídrico.

Ainda de acordo com o estudo 'Perdas de Água 2020 (SNIS 2018)⁸, as perdas de água têm efeito direto no consumidor, pois há repasses para as tarifas. Dessa forma, a redução de perdas tem o potencial benefício social de redução das tarifas associadas a usuários finais.

As diretrizes ambientais e de saúde e segurança (*EHS Guidelines*)⁹ para Água e Saneamento da *International Finance Corporation* (IFC), indicam que a perda de água ao longo de sua distribuição é uma questão associada ao setor que deve ser prevenida e minimizada, pois pode aumentar a

⁵

http://www.snis.gov.br/downloads/panorama/PANORAMA_DO_SANEAMENTO_BASICO_NO_BRASIL_SNIS_2021.pdf

⁶ [http://www.snis.gov.br/diagnosticos/agua-e-esgotos#:~:text=Diagn%C3%B3stico%20anual%20de%20%C3%81gua%20e%20Esgoto%202021%20\(ano%20de%20refer%C3%Aancia%202020\)&text=Desde%201995%2C%20o%20SNIS%20coleta.panorama%20geral%20para%20o%20pa%C3%ADs](http://www.snis.gov.br/diagnosticos/agua-e-esgotos#:~:text=Diagn%C3%B3stico%20anual%20de%20%C3%81gua%20e%20Esgoto%202021%20(ano%20de%20refer%C3%Aancia%202020)&text=Desde%201995%2C%20o%20SNIS%20coleta.panorama%20geral%20para%20o%20pa%C3%ADs)

⁷ Do estudo: The Challenge of Reducing Non-Revenue Water (NRW) in Developing Countries (2006). Disponível em:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/385761468330326484/pdf/394050Reducing1e0water0WSS81PUBLIC1.pdf>

⁸ http://tratabrasil.org.br/images/estudos/Relat%C3%B3rio_Final_-_Estudo_de_Perdas_2020_-_JUNHO_2020.pdf

⁹ <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/0d8cb86a-9120-4e37-98f7-cfb1a941f235/Final%2B-%2BWater%2Band%2BSanitation.pdf?MOD=AJPERES&CVID=jkD216C>

demanda sobre as fontes de água, sobre químicos usados para tratamento, e sobre a energia usada para bombeamento e tratamento. Ademais, a diretriz considera que vazamentos de água podem comprometer a integridade do sistema por conta de diminuição de pressão, podendo reduzir a qualidade da água (com a entrada de água contaminada no sistema).

O gerenciamento do controle de perdas no abastecimento (5) não apenas beneficiaria à empresa como à sociedade e também ao meio ambiente. A correta execução de um programa de redução de perdas de água potável, além de reduzir custos e aumentar a receita, facilitaria a ampliação da cobertura do abastecimento de água, isto é, contribuiria ao alcance da meta de universalização do acesso ao serviço como estabelecido no Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB¹⁰) para 2033, permitindo uma melhoria da qualidade de vida da população em vários aspectos, sobretudo na saúde pública¹¹.

Quanto aos impactos ambientais positivos, a redução do desperdício de água potencialmente postergaria a necessidade de ampliação de sistemas e, portanto, a exploração de novos mananciais, preservando o recurso de forma sustentável e diminuindo o risco de escassez de água em regiões constantemente afetadas pelas secas, agravadas pelas mudanças climáticas.

Além disso, a redução nas perdas de água, e conseqüente redução de desperdício de água e necessidade de exploração de novas fontes de obtenção pode gerar redução no custo para consumidores, podendo auxiliar no atingimento da universalização do saneamento de água.

Além dos benefícios descritos, um estudo publicado na *Nature*¹² em maio de 2020 aponta que sistemas de saneamento adequados podem contribuir para a mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por dois grandes canais de transmissão. De forma direta, pela redução de excretas a céu aberto e de sua emissão associada. E de forma indireta, por economia de energia para tratamento de água e solo poluído, resultando em emissões evitadas de GEE.

A rigor, atividades de **abastecimento de água e gestão de redes de esgoto** (1 a 5) possuem alinhamento aos *standards* de sustentabilidade, desde que atendam a critérios adicionais de adaptação, resiliência (no caso da *Climate Bonds Initiative* - CBI¹³), e de eficiência energética (no caso da Taxonomia da União Europeia¹⁴). Mesmo assim, entende-se que existe adicionalidade ambiental e climática em investir em sociedades que produzam esses ativos, dado que no contexto brasileiro ainda se está buscando a universalização desses serviços conforme detalhado no **Anexo II** deste relatório.

Adicionalmente, ressalta-se que devido à abrangência nacional das atividades da Emissora, não houve um recorte de população alvo vulnerável, posto que a Aegea atua em um elevado número de municípios brasileiros, e dessa forma os investimentos previstos no framework irão beneficiar tanto pessoas em condição de vulnerabilidade quanto pessoas não inseridas nessas condições.

Investimento em **projetos para redução da emissão de gases efeito estufa (GEE)** (6) estão alinhados aos *Green Bond Principles* na categoria prevenção e controle de poluição, além disso proporcionam benefícios como a mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas. Segundo a publicação “Não perca Esse Bond”¹⁵, investimentos que possuem potencial de redução de Gases de Efeito Estufa (GEE) superiores a 20% ao longo de seu ciclo de vida estão alinhados a um cenário das mudanças Climáticas que limitam o aquecimento global em até 2°C.

Já projetos que possuem potencial de contribuir sistematicamente e a longo prazo para uma economia de baixo carbono (por exemplo, atividades que neutralizem emissões ou tragam reduções acima de 90%) estão alinhados ao cenário de 1,5°C.

Apesar dos benefícios potenciais apresentados acima, o Framework proposto pela Aegea não apresentou requisitos mínimos de redução de GEE para elegibilidade dos projetos ao Framework.

¹⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/plansab>

¹¹ Estudo “Benefícios econômicos e sociais da expansão do saneamento no Brasil”, 2018. Disponível em: [Capa.cdr \(tratabrasil.org.br\)](http://Capa.cdr(tratabrasil.org.br))

¹² Dickin, S., Bayoumi, M., Giné, R. *et al.* Sustainable sanitation and gaps in global climate policy and financing. *npj Clean Water* 3, 24 (2020). <https://doi.org/10.1038/s41545-020-0072-8>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41545-020-0072-8>

¹³ <https://www.climatebonds.net/files/files/CBI-WaterCriteria-03B.pdf>

¹⁴ https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/business_economy_euro/banking_and_finance/documents/200309-sustainable-finance-teg-final-report-taxonomy-annexes_en.pdf

¹⁵ <https://info.sitawi.net/naopercaessebond>

<p>Dessa forma, apesar deste tipo de projeto apresentar potencial adicionalidade ambiental, o Framework não apresentou pleno alinhamento à taxonomia “Não Perca Esse Bond” quando se refere a este escopo.</p> <p>Os Critérios de sustentabilidade da Taxonomia da União Europeia reconhecem também os benefícios associados aos Projetos e Programas voltados para aumento da eficiência energética no processo de tratamento de água e/ou esgoto (7) uma vez que apresentam uma contribuição substancial para a economia de emissões de GEE através do baixo consumo de energia no sistema de coleta, tratamento e abastecimento de água. Este tipo de projeto é previsto na categoria “<i>Water collection, treatment and supply</i>” na subcategoria “<i>Water collection, treatment and supply with high energy efficiency of the system</i>”.</p> <p>Para atender os critérios de elegibilidade o sistema de abastecimento deve apresentar consumo médio de energia de 0,5 kwh por metro cúbico faturado ou um índice de Perdas no Abastecimento de 1,5. Contudo, o Framework de Títulos Sustentáveis da Aegea não determina um limiar mínimo específico de ganho de eficiência energética para os projetos financiados. Por esse motivo, não o framework não apresenta alinhamento integral quanto aos Critérios de sustentabilidade da Taxonomia da União Europeia na subcategoria “<i>Water collection, treatment and supply with high energy efficiency of the system</i>”.</p> <p>Várias medidas de eficiência energética podem reduzir diretamente o consumo de energia em um sistema de abastecimento de água, permitindo reduções significativas das emissões de GEE, estas são, entre outras: uso de fontes de captação de água mais eficientes em substituição a outras mais exigentes em termos de GEE (por exemplo, fontes superficiais em vez de fontes subterrâneas), sistemas de bombeamento mais eficientes, entre outros.</p> <p>Complementarmente, a gestão das perdas de água (5) reduz indiretamente o consumo de energia em todo o sistema de abastecimento de água, permitindo assim reduções significativas das emissões de GEE do sistema de abastecimento de água. As medidas de gerenciamento de perdas de água consistem, entre outras: controle ativo de vazamentos, gerenciamento de pressão, velocidade e qualidade dos reparos, gerenciamento de infraestrutura e ativos (incluindo manutenção), medição e monitoramento e relatórios.</p> <p>Segundo a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia, projetos de pesquisa e desenvolvimento possuem potencial de contribuição substancial à adaptação às mudanças climáticas. Este grupo compreende pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental em ciências naturais e engenharia dedicada à adaptação às mudanças climáticas. Contudo, a taxonomia determina que deve ser realizada uma avaliação completa de seus impactos ambientais adversos. Embora a taxonomia UE não reconheça atualmente o alinhamento pleno desta tipologia de projeto, observa-se que programas de Pesquisa e Desenvolvimento para redução de perdas, reaproveitamento subprodutos e aprimoramento da ecoeficiência dos processos (13), apresentam benefícios ambientais e climáticos e estão ligados às categorias <u>Gestão sustentável de recursos hídricos e efluentes</u>, bem como <u>Prevenção e controle de poluição dos Green Bond Principles</u>.</p> <p>Os Projetos voltados para Reciclagem de resíduos e/ou economia circular (8) incluem a reutilização do lodo e demais resíduos sólidos produzidos nas estações de tratamento de água e esgoto da Aegea e suas subsidiárias, reduzindo o volume de lodo destinado para aterros sanitários dentre outros, proporcionando como benefício ambiental a redução da emissão de gases do efeito estufa e o fortalecimento da economia circular.</p> <p>Projetos no setor de resíduos como a ampliação da reciclagem estão alinhados aos <i>Green Bond Principles</i> na categoria <u>Prevenção e Controle da Poluição</u>, além de estarem listados na categoria <u>Resíduos, Controle da Poluição e Sequestro – Atividade para Economia Circular</u> da taxonomia da <i>Climate Bond Initiative</i>.</p> <p>De acordo com a publicação “Não Perca Esse Bond”¹⁶, projetos de reaproveitamento de resíduos reduzem a emissão de GEE, tanto pela menor necessidade de energia requerida para reciclar do que para produzir insumos virgens, como devido a emissão evitada da decomposição de matéria</p>

¹⁶ <https://info.sitawi.net/naopercaessebond>

orgânica. Ressalta-se que o principal resíduo gerado em estações de tratamento de efluentes sanitários é o lodo, material rico em matéria orgânica e que como tratamento pode ser destinado a compostagem. Ainda segundo este estudo, a compostagem, coprocessamento e tratamento de resíduos orgânicos estão alinhados com um cenário 1.5°C.

De acordo com a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia, os investimentos propostos no Framework voltados para a **Ampliação da Reciclagem** (8) se alinham com o critério Separate collection and transport of non-hazardous waste in source segregated fractions e tem contribuição substancial para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, sendo observadas reduções líquidas das emissões de GEE, sendo dessa forma enquadráveis como investimentos verdes.

A coleta seletiva e o transporte de resíduos não perigosos são elegíveis, desde que os resíduos sejam segregados diretamente na fonte geradora e sejam coletados separadamente com o objetivo de preparar-se para reutilização e/ou reciclagem. Contudo, para estar em conformidade com os critérios estabelecidos, os projetos devem contar com sistemas de controle quanto aos principais impactos potenciais, que neste caso se referem a: Emissões de veículos de coleta que causam danos à saúde humana e ao meio ambiente; e Frações de resíduos segregados na fonte que podem prejudicar a posterior recuperação e reciclagem de materiais. Além disso, os projetos devem estar em conformidade com a legislação nacional, bem como alinhados com estratégias e planos nacionais, regionais ou locais de gerenciamento de resíduos.

Quanto aos **Investimentos em produção e geração de energia limpa e renovável** (9), o Framework prevê o financiamento de projetos de geração de energia limpa e renovável dedicada exclusivamente às operações das unidades da Companhia. Serão financiados projetos de geração de energia que serão operados por empresas terceiras, onde o planejamento, a obra e a entrega são feitos de acordo com as necessidades da unidade que receberá o projeto.

Desse modo, esse uso de recursos está alinhado com a categoria de energia renovável dos *Green Bond Principles*, com a *Climate Bond Taxonomy* e critérios de produção e geração de energia renovável dos *Climate Bonds Standards*.

De acordo com a publicação “Não Perca Esse Bond”, o investimento em energia renovável pode ser elegível a emissão de títulos verdes e está alinhado a um cenário de mudança climática de 1,5°C, uma vez que apresenta reduções superiores a 90% quando comparada com fontes tradicionais como termelétricas a combustíveis fósseis. Do mesmo modo, a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia¹⁷ aponta o investimento em energia renovável como contribuinte para a mitigação das mudanças climáticas.

Contudo, para que seja evitada uma dupla contagem quanto aos benefícios ambientais de um mesmo projeto de geração de energia renovável, a empresa operadora da usina de geradora não poderá estar elegível para a uma possível emissão de dívida com rotulagem ambiental.

Os projetos de **Preservação e/ou recuperação de biomas, matas e vegetação nativa** (10) e manutenção de barragens propostos no Framework de Títulos Sustentáveis da Aegea preveem investimentos voltados para a reabilitação, preservação e recuperação de biomas, assim como vegetação nativa de forma proativa, ou seja, que não sejam condicionantes do processo de licenciamento ambiental, obrigações legais ou contratuais. Esta tipologia de projetos está prevista na categoria Gestão Ambientalmente Sustentável de Recursos Naturais Vivos e Uso da Terra dos *Green Bond Principles*, além de estar alinhada ao quesito Agricultura e Floresta – Atividade Florestal que Reduz a Perda de Carbono ou Aumenta o Estoque Florestal da taxonomia da *Climate Bond Initiative*.

Segundo a publicação “Não Perca Esse Bond”¹⁸, a restauração florestal proporciona o reestabelecimento de processos ecológicos, preservação da biodiversidade local e da água. O uso de espécies nativas, adaptadas ao tipo de solo, condições climáticas, dispersores de sementes e polinizadores, aumenta a probabilidade de sucesso reprodutivo e também a tolerância aos predadores. Outra vantagem da restauração com espécies nativas é que o manejo por meio

¹⁷ https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/business_economy_euro/banking_and_finance/documents/200309-sustainable-finance-teg-final-report-taxonomy_en.pdf

¹⁸ <https://info.sitawi.net/naopercaessebond>

de contínuo florestal, que não prevê corte raso e é capaz de manter os estoques de carbono no longo prazo.

O manejo sustentável consiste na gestão da vegetação respeitando os mecanismos de sustentação do ecossistema, tais como a conservação de recursos naturais, conservação da estrutura da floresta e de suas funções, bem como manutenção da diversidade ecológica. Apesar de serem técnicas diferentes, o estoque de carbono na maturidade da floresta será similar, variando em função do bioma e fitofisionomia.

De acordo com o estudo 'Não Perca Esse Bond', os investimentos em **Preservação e/ou recuperação de biomas, matas e vegetação nativa** (10) são fundamentais para limitar o aumento médio de temperatura da terra em 1.5°C quando relacionados à Florestas Nativas nos Biomas Amazônico e Mata Atlântica, e alinhado a um cenário de 2°C quando os projetos são voltados à Florestas Nativas nos Biomas Cerrado, Caatinga, Pampa e Pantanal.

Os projetos voltados à **Preservação e/ou recuperação de biomas, matas e vegetação nativa** (10) se alinham ainda à Taxonomia da União Europeia nos critérios de sustentabilidade Existing forest management; Restoration/rehabilitation; e Conservation forests. As atividades florestais de mitigação na taxonomia se concentram na manutenção e aumento do sumidouro de carbono florestal, reduzindo e evitando as emissões de GEE. A adaptação das florestas é essencial para que os sumidouros de carbono sejam mantidos e os estoques aumentam. Nesse contexto, os requisitos de adaptação devem ser enquadrados de modo a promover sinergias com mitigação substancial sempre que possível e, no mínimo, não causar danos significativos.

Portanto, o manejo florestal existente é reconhecido na taxonomia, desde que possa demonstrar a manutenção de altos estoques de carbono e a melhoria geral do sumidouro de carbono florestal. Nesse sentido, a Taxonomia estabelece critérios qualitativos e quantitativos de mitigação para assegurar o manejo sustentável das áreas florestais, além de exigir uma linha de base medida para o progresso em direção a uma mitigação substancial; e a demonstração de que essa mitigação é cumulativa (crescente) e permanente. Todos os três critérios são necessários para demonstrar a mitigação sustentável e substancial.

A **Tarifa Social** (11) é um benefício concedido às famílias em situação de alta vulnerabilidade social e seu intuito é garantir que toda a população do município tenha acesso à água, minimizando o impacto da tarifa na renda dessas famílias. Esse benefício evita a inadimplência e o corte no abastecimento e, principalmente, promove a dignidade, permitindo que possam usufruir da qualidade de vida proporcionada pelo acesso aos serviços de saneamento. Viabilizado por legislação municipal ou por cláusulas contratuais, a Tarifa Social proporciona um percentual de desconto na conta de famílias de baixa renda, que atendam a critérios específicos.

Os investimentos neste tipo de projeto preveem gastos como a contratação de mão de obra e recursos para mapear e enquadrar pessoas elegíveis ao programa bem como as obras executadas, visando garantir o acesso da população vulnerável ao serviço de tratamento de água e esgoto. Desse modo, os **investimentos para a ampliação do número de famílias cadastradas na tarifa social** (11) previstos no Framework estão alinhados à categoria Acesso a Serviços Essenciais e Infraestrutura Básica dos *Social Bond Principles* (SBP). Além disso, por levar o acesso dos serviços de saneamento básico à população vulnerável, expandindo a abrangência dos sistemas e redes de água e esgoto, ficam evidenciados também benefícios ambientais tangíveis a essa tipologia de projetos como a prevenção da contaminação de corpos hídricos e do solo, bem como promove a conservação da biodiversidade, estando dessa forma alinhados aos critérios de Gestão sustentável de recursos hídricos e efluentes dos *Green Bond Principles*.

O Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁹ define vulnerabilidade como as características e circunstâncias que dão susceptibilidade ao impacto de um processo potencialmente perigoso por fatores sociais, econômicos e ambientais. Outros estudos reforçam ainda que condições de vida precárias, necessidades básicas insatisfeitas, como a insegurança de abastecimento, má qualidade de água e não acesso a saneamento básico, constituem

¹⁹ Acesso em: https://www.preventionweb.net/files/7817_UNISDRTerminologyEnglish.pdf

objetivamente em um fator de desvantagem social e vulnerabilidade (Malta, 2018²⁰; Ezbakhe, Giné-Garriga, Pérez-Foguet, 2019²¹, UNECE & WHO Regional Office for Europe, 2012²²). Assim, considerando que parte dos recursos obtidos através de emissões baseadas no framework será para ampliação do sistema de saneamento, além da ampliação do número de famílias cadastradas na tarifa social, observa-se também adicionalidade e impacto positivo sobre comunidades em situação de vulnerabilidade.

Desta maneira, investimentos em sistemas adequados de tratamento e distribuição de água e coleta de esgoto têm alta adicionalidade na prevenção de mortes por causas evitáveis, redução de gastos com saúde pública, geração de demanda por trabalho local, aumento da renda, desenvolvimento econômico e externalidades positivas tais quais aumento da produtividade do trabalho e do aproveitamento escolar infantil e juvenil.

Os *Social Bond Principles* reconhecem também os benefícios gerados por projetos como **Pesquisa, desenvolvimento e implantação de soluções operacionais e comerciais específicas para levar água potável e/ou coleta e tratamento de esgoto para regiões de aglomerados subnormais e bolsões de vulnerabilidade social** (12) pois possibilitam Acesso a serviços essenciais como saneamento básico ocasionando a melhoria na saúde pública e universalização dos serviços de saneamento básico. Além do benefício social direto à população beneficiada pela ampliação do saneamento e melhoria de qualidade da água, existe um impacto positivo para a sociedade como um todo que passa a ter melhoria de sua infraestrutura e redução de desigualdades intramunicipais entre os grupos previamente excluídos e a população.

Os **Projetos e programas para inclusão, capacitação e desenvolvimento de colaboradores com perfil de diversidade (mulheres, pretos e pardos)** (14) possuem benefícios sociais significativos, uma vez que o público-alvo definido nesta tipologia de projeto pode ser considerado vulnerável sobre certos aspectos. Os SBP definem como público-alvo dos projetos elegíveis à categorização como Título Social a categoria formada por pessoas desatendidas devido à falta de acesso de qualidade a bens e serviços essenciais, mulheres e/ou minorias de sexo e gênero, entre outras.

No que tange ao público-alvo composto por **mulheres**, pode-se afirmar que este também enfrenta condições de vulnerabilidade, ressalta-se que esse grupo é afetado pela desigualdade tanto no mercado de trabalho, onde existe desigualdade tanto no pagamento, quanto na promoção a cargos de liderança e reinserção no mercado de trabalho após gravidez. Adicionalmente, Santos & Hermeto (2019)²³ apontam que mulheres tinham empregabilidade menor, com salário, em média, 20% abaixo de homens dentro de sua faixa de renda. A publicação do IBGE (2021)²⁴ mostra que no Brasil 62,6% dos cargos gerenciais eram ocupados por homens e 37,4% pelas mulheres, em 2019.

Com relação à sua participação no mercado de trabalho, por exemplo, o estudo "*Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo: Tendencias 2020*"²⁵ da Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicou que 47% das mulheres de todo o mundo estavam inseridas na força de trabalho em 2019. No caso da população masculina, esse valor chegou a 74% no mesmo ano. A taxa de desemprego global de trabalhadoras mulheres neste mesmo ano foi de 6% (aproximadamente 0,8% acima da taxa de desemprego de trabalhadores homens).

Outro aspecto relevante neste contexto é a desigualdade salarial observada entre homens e mulheres no mercado de trabalho do país. Segundo estudo publicado pelo IBGE, o rendimento médio das mulheres ocupadas entre 25 e 49 anos em 2018 equivalia a 79,5% do recebido pelos homens do mesmo grupo etário (AGÊNCIA IBGE, 2019)²⁶.

²⁰ Disponível em: http://www.ppe.ufrj.br/images/publica%C3%A7%C3%B5es/doutorado/Fernanda_Siqueira_Malta.pdf

²¹ Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2019.05.207>.

²² Disponível em: https://unece.org/fileadmin/DAM/env/water/publications/PWH_No_one_left_behind/No_one_left_behind_E.pdf

²³ <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/1770>

²⁴ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>

²⁵ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_734481.pdf

²⁶ <https://www.ibge.gov.br/>

	<p>Aprofundando o debate, Codazzi, Pero & Sant'Anna (2019)²⁷ estudaram os Censos de 1991, 2000 e 2010, os resultados apresentados expõem que <u>existe um viés de seleção que pretere o acesso das mulheres a cargos mais bem remunerados e vagas de qualidade no mercado de trabalho que está em parte enraizado nas normas sociais.</u></p> <p>Muniz & Veneroso (2019)²⁸ mostram que a discriminação de gênero é maior em classes mais baixas. Este estudo aponta que a razão de rendimentos entre homens e mulheres é maior entre os 5% mais pobres (1,5) do que entre os 5% mais ricos (0,94). O estudo mostra ainda que a maternidade afeta negativamente a participação das mulheres pobres no mercado de trabalho de forma diretamente proporcional ao número de crianças pequenas presentes no domicílio: mulheres pobres e sem filhos possuem 65% de probabilidade de estarem inseridas no mercado de trabalho, mas estes valores diminuem cerca de oito pontos percentuais para cada criança a mais no domicílio. Esse resultado implica que a <u>discriminação de gênero no mercado de trabalho pode ser um componente agravante também na desigualdade social.</u></p> <p>Em relação à participação de mulheres em posições de liderança nas empresas no país, também são observadas discrepâncias. No que diz respeito ao porte das empresas, considerando o número de funcionários, a pesquisa Panorama Mulher 2019²⁹ apontou que somente 14% dos cargos de presidência de empresas entre 9 e 49 funcionários eram ocupados por mulheres. Já para as empresas com até 9 funcionários e acima de 50 funcionários, a participação feminina no cargo de presidência é de 63% e 9%, respectivamente (TALENSES & INSPIER, 2019³⁰). Estes dados nos permitem concluir que, para empresas de até médio porte, quanto maior o número de funcionários, menor é a presença de mulheres no cargo de presidência.</p> <p>Estudos recentes têm demonstrando os impactos da diversidade na performance das empresas. Segundo o estudo “<i>Delivering through diversity</i>” publicado em 2018 pela McKinsey & Company³¹, foi identificada correlação entre a diversidade de gênero, e a lucratividade e criação de valor das empresas.</p> <p>O estudo de De Jesus, Da Silva et Neves (2020) faz ainda menção a diferença salarial entre raças. Segundo os autores, a desigualdade entre mulheres brancas e os homens brancos era maior do que entre as mulheres pretas ou pardas e os homens de mesma cor ou raça, em 2019. Esse ponto é também mencionado no trabalho de Santos & Hermeto (2019)³², que percebem que em todas as regiões do Brasil o diferencial por cor também contribui para as disparidades regionais.</p> <p>Confirmando essa percepção, IBGE (2019)³³ analisa diferentes indicadores sociais decompostos por raça e mostram que as disparidades de rendimentos do trabalho, quando analisado o aspecto cor ou raça, mantêm-se presente em todos os níveis de instrução, inclusive no mais elevado: as pessoas brancas ganham cerca de 45% a mais do que as de cor ou raça preta ou parda.</p> <p>O público-alvo composto pela colaboradores negros e pardos, teve sua seleção dada pela evidente situação de desigualdade, sub-representação e afunilamento hierárquico dos trabalhadores negros³⁴ nas empresas, segundo indicado nos resultados da Pesquisa “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas” realizada pelo Instituto Ethos³⁵.</p>
--	--

²⁷ <https://ideas.repec.org/p/unu/wpaper/wp-2017-105.html>

²⁸ <https://www.scielo.br/j/dados/a/y5gC4JLvrQRTTGb7z4HcQ/abstract/?lang=pt>

²⁹ <http://online.fliphtml5.com/gbcem/bczq/#p=1>

³⁰ <http://online.fliphtml5.com/gbcem/bczq/#p=1>

³¹

https://www.mckinsey.com/~media/McKinsey/Business%20Functions/Organization/Our%20Insights/Delivering%20through%20diversity/Delivering-through-diversity_full-report.ashx

³² <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/1770>

³³ <https://www.ibge.gov.br/>

³⁴ A população negra estudada na pesquisa é formada por pretos e pardos, de acordo com a nomenclatura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

³⁵ <https://www.ethos.org.br/cedoc/perfil-social-racial-e-de-genero-das-500-maiores-empresas-do-brasil-e-suas-acoes-afirmativas/>

Nesse mesmo estudo, foi constatado que a população negra é maioria nos cargos de aprendizes e *trainees* (correspondendo a 57,5% e 58,2%, respectivamente), enquanto que nos cargos de gerência, quadro executivo e conselho de administração, os negros têm participação somente de 6,3%, 4,7% e 4,9%, respectivamente.

Dentre a bibliografia que tem demonstrado o impacto da diversidade na performance das empresas, o estudo “*Why Diversity Matters*” publicado em 2018 pela McKinsey & Company³⁶ indicou que empresas com maior diversidade racial e étnica são mais propensas a ter retorno financeiro acima da mediana nacional de sua indústria. Esse mesmo estudo sugeriu também que outras classes de diversidade como, por exemplo, de faixa etária, podem refletir em algum nível de vantagem competitiva.

A Tabela 1 a seguir apresenta o alinhamento dos projetos elegíveis ao Framework de Títulos Sustentáveis da Aegea correlacionando-os com o alinhamento às categorias de projetos elegíveis aos Green e Social Bond Principles, bem como seus benefícios socioambientais esperados.

Tabela 1: Alinhamento dos projetos elegíveis ao framework de Títulos Sustentáveis aos Green e Social Bond Principles e seus benefícios socioambientais esperados.

Descrição do uso de recursos (UoP)	Alinhamento com categorias GBP	Alinhamento com categorias SBP	Benefícios socioambientais	CAPEX / OPEX
1. Ampliação da rede de abastecimento de água	Gestão sustentável de recursos hídricos e efluentes	Acesso a serviços essenciais e infraestrutura básica	- Melhoria na qualidade da água tratada; - Melhoria na saúde pública; - Universalização dos serviços de saneamento básico.	CAPEX
2. Investimentos em segurança hídrica	Gestão sustentável de recursos hídricos e efluentes	-	- Eficiência na gestão dos recursos hídricos	CAPEX
3. Ampliação da rede de coleta e tratamento de esgoto	Gestão sustentável de recursos hídricos e efluentes	Acesso a serviços essenciais e infraestrutura básica	- Prevenção da contaminação de recursos hídricos; - Conservação da biodiversidade; - Mitigação dos efeitos das mudanças climáticas; - Melhoria na saúde pública; - Universalização dos serviços de saneamento básico.	CAPEX
4. Investimentos visando o aumento da confiabilidade das operações	Gestão sustentável de recursos hídricos e efluentes	-	- Eficiência na gestão dos recursos hídricos; - Melhoria na qualidade da água tratada;	CAPEX

³⁶

https://www.mckinsey.com/~/media/McKinsey/Business%20Functions/Organization/Our%20Insights/Delivering%20through%20diversity/Delivering-through-diversity_full-report.ashx

	5. Programas de redução das perdas de água	Gestão sustentável de recursos hídricos e efluentes	-	- Eficiência na gestão dos recursos hídricos	CAPEX
	6. Investimento em projetos para redução da emissão de gases efeito estufa (GEE)	Prevenção e controle de poluição	-	- Redução da emissão de gases efeito estufa; - Mitigação dos efeitos das mudanças climáticas	CAPEX
	7. Programas para aumento da eficiência energética no processo de tratamento de água e/ou esgoto	Eficiência Energética	-	- Mitigação dos efeitos das mudanças climáticas;	
	8. Reciclagem de resíduos e/ou economia circular, incluindo lodo	Prevenção e controle da poluição	-	- Mitigação dos efeitos das mudanças climáticas; - Melhoria na saúde pública;	CAPEX
	9. Programas para produção de energia limpa (<i>build to suit</i>)	Energia Renovável	-	- Mitigação dos efeitos das mudanças climáticas; - Incremento de Energia renovável na matriz energética	CAPEX
	10. Preservação e/ou recuperação de biomas, matas e vegetação nativa e manutenção de barragens	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra	-	- Conservação da biodiversidade; - Mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.	OPEX
	11. Investimentos em programas para a ampliação do número de famílias cadastradas na tarifa social	-	Acesso a serviços essenciais e infraestrutura básica	- Prevenção da contaminação de recursos hídricos; - Conservação da biodiversidade - Melhoria na saúde pública; - Universalização dos serviços de saneamento básico.	OPEX
	12. Pesquisa e Desenvolvimento para implementação de soluções operacionais e comerciais para a universalização dos serviços de saneamento	-	Acesso a serviços essenciais e infraestrutura básica	- Melhoria na saúde pública; - Universalização dos serviços de saneamento básico.	OPEX
	13. Pesquisa e Desenvolvimento para	Prevenção e controle da poluição; e	-	- Eficiência na gestão dos recursos hídricos;	OPEX

implementação de soluções operacionais e comerciais para redução de perdas e reaproveitamento subprodutos	Gestão sustentável de recursos hídricos e efluentes		- Prevenção da contaminação de recursos hídricos;	
14. Projetos e programas para inclusão, capacitação e desenvolvimento de colaboradores com perfil de diversidade (mulheres, pretos e pardos)	-	Avanço e capacitação socioeconômica	- Promoção da diversidade; - Acesso equitativo a oportunidades; - Participação equitativa e integração no mercado e na sociedade; - Redução da desigualdade de renda.	OPEX

Assim, seguindo o disposto pelos *Sustainability Bond Guidelines* (SBG), uma vez que é comprovado o alinhamento do Framework de Títulos Sustentáveis da Aegea aos dois *standards* (GBP e SBP), permitindo caracterizá-lo como **Framework de Títulos Sustentáveis**.

Apesar da caracterização como Framework de Títulos Sustentáveis, é importante frisar que as futuras emissões que apresentem somente benefícios ambientais e alinhamento com os *Green Bond Principles* poderão ser rotuladas apenas como Títulos Verdes. Do mesmo modo que emissões que possuem adicionalidade social e em conformidade com os *Social Bond Principles* serão caracterizadas como Títulos Sociais. Por fim, apenas os projetos que apresentarem tanto benefícios ambientais quanto sociais, além de alinhamento com os GBP e SBP poderão ter suas emissões rotuladas como sustentáveis.

Alinhamento com a agenda 2030

Não obstante, os investimentos do Framework estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que definem as prioridades globais de desenvolvimento sustentável para 2030. A Tabela 2 a seguir aponta a contribuição do framework com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Tabela 2: Alinhamento do Framework de Títulos sustentáveis ao Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS	Objetivo	Meta
	ODS 3 – Saúde e Bem-estar: Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;	3.2 - Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos; 3.3 - Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis; 3.9 - Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo
	ODS 5 - Igualdade de Gênero	5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

	<p>ODS 6 – Água potável e saneamento: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos;</p>	<p>6.1 - Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos;</p> <p>6.2 - Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade</p> <p>6.3 - Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente;</p> <p>6.4 - Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água</p> <p>6.6 - Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.</p>
	<p>ODS 7 - Energia Limpa e Acessível</p>	<p>7.2 - Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global;</p>
	<p>ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura</p>	<p>9.4 - Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades</p>
	<p>ODS 10 - Redução das Desigualdades</p>	<p>10.2 - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra;</p> <p>10.3 - Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito;</p>
	<p>ODS14 – Vida na água: Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.</p>	<p>14.1 - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;</p>

Desta forma, são evidenciadas as melhorias em âmbito ambiental e social que acompanham os investimentos nos projetos elegíveis e que o objetivo, assim como o uso dedicado de recursos levantados com as futuras emissões possuem externalidades socioambientais positivas, prioritárias para o desenvolvimento sustentável.

Com isso, consideramos que os projetos no setor de saneamento possuem evidentes adicionalidades ambientais e sociais, além de terem contribuição para o atingimento dos ODS podendo ser caracterizados como investimentos sustentáveis.

Nível de alinhamento com melhores práticas

	<p>O nível de alinhamento do Framework com o princípio ‘Uso de Recursos’ foi considerado Satisfatório. As lacunas encontradas dizem respeito (i) à possibilidade de parte dos recursos das emissões serem direcionadas para OPEX (até 20%); (ii) Ativos investidos não serem integralmente alinhados com critérios da CBI e Taxonomia da União Europeia e; (iii) ao prazo de <i>Look back</i> para reembolso dos recursos previamente investidos ser superior a 24 meses e; (iv) prazo de alocação futura dos recursos nos projetos elegíveis é superior a 48 meses.</p>
<p>Seleção e Avaliação de Projetos</p> 	<p>Alinhamento com a estratégia do emissor</p> <p>A Aegea, por meio de suas concessões e Parcerias Público Privadas (PPPs), atua com o objetivo de expandir a rede de cobertura de água e esgoto promovendo mais saúde e dignidade e gerando e gerando valor para seus acionistas e stakeholders. Para contribuir com a execução deste objetivo, a Companhia poderá levantar recursos por meio de emissões de títulos verdes, sociais ou sustentáveis.</p> <p>O Framework de Títulos Sustentáveis proposto pela empresa tem como objetivo tornar mais transparente a classificação ou enquadramento das emissões de títulos verdes, sociais ou sustentáveis das empresas do grupo Aegea, em linha com a estratégia de sustentabilidade da Companhia e com as melhores práticas no setor de saneamento para emissão desses títulos. O conteúdo das políticas e diretrizes organizacionais da Aegea foi também utilizado como evidência para a análise aqui descrita.</p> <p>Processo de avaliação e seleção de projetos</p> <p>No processo de avaliação da elegibilidade dos projetos, serão considerados aqueles que satisfazem critérios ASG (Ambiental, Social e Governança) e estão alinhados com a Política de Sustentabilidade da Aegea, assim como aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em que o grupo contribui direta e indiretamente para uma gestão sustentável, especialmente o ODS 6, que objetiva “assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos, e a agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), especificamente a meta 6.3. que busca “até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente”.</p> <p>Os projetos serão selecionados pelo Comitê Executivo ASG, que tem como atribuição, dentre outras, avaliar se os projetos a serem utilizados estarão em conformidade com as diretrizes descritas acima. Após seleção do projeto pelo comitê, a Diretoria Financeira deverá submeter a dívida/projeto para aprovação nos órgãos de administração da Companhia.</p> <p>O comitê é coordenado pela <i>Head</i> de Relações com Investidores (RI) e possui como membros o CEO, CFO, Diretor de Sustentabilidade, Diretor de Novos Negócios, Diretora de Estratégia de Negócios, Diretora Financeira, Gerente de Novos Negócios e Coordenadora de RI. O comitê se reúne todos os meses ordinariamente e de forma extraordinária sempre que convocado pela coordenadora do comitê e/ou pelo CEO da Companhia. O comitê tem como principais atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Aprovar a estratégia ESG do grupo Aegea; (ii) Aprovar projetos ESG, sejam eles OPEX ou CAPEX; (iii) Avaliar ao menos uma vez por ano o posicionamento ESG da Aegea, podendo utilizar ferramentas e consultorias especializadas; (iv) Propor melhorias e/ou a implementação de novos processos visando a melhora da avaliação ESG da Aegea. <p>Os projetos selecionados devem apresentar como benefícios diretos e/ou indiretos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação das coberturas de água e esgoto; • Recuperação de mananciais e biomas; • Aumento da eficiência operacional, com redução do consumo de energia e de produtos químicos; • Reutilização de resíduos com foco na economia circular; • Redução das emissões de gases efeito estufa; • Redução da ocorrência de doenças, internações e mortes causadas pela falta de saneamento;

- Acesso aos serviços de água e esgoto para população vulnerável.

Entretanto, o Framework proposto pela Aegea não apresenta indicadores mínimos de desempenho alinhados com critérios estabelecidos nas Taxonomias da União Europeia e CBI para elegibilidade dos projetos e ativos investidos, em especial relacionados a perdas de água, redução das emissões de gases de efeito estufa e de eficiência energética.

A Companhia descreveu o processo de seleção e aprovação dos projetos passíveis de enquadramento ao Framework de Sustentabilidade que deverá ser realizado como descrito na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3: Processo de seleção e aprovação dos projetos passíveis de enquadramento ao Framework de Sustentabilidade

Etapa	Processo	Área Responsável
Selecionar e apresentar para o Comitê Executivo ESG os projetos enquadrados no Framework de Sustentabilidade da Aegea	Verificar dentre os projetos do grupo Aegea aqueles que atendem os critérios de avaliação e seleção definidos no Framework	Operações Financeiras
	Definir se haverá captação de recursos via mercado financeiro para financiamento dos projetos	
	Apresentar os projetos para o Comitê Executivo ESG	
Avaliar e ratificar os projetos enquadrados no Framework de Sustentabilidade	Avaliar os projetos apresentados pela área de Operações Financeiras e respectivos benefícios sociais e/ou ambientais	Coordenador do Comitê Executivo ESG
	Ratificar o enquadramento dos projetos ao Framework de Sustentabilidade da Aegea	
Submeter para aprovação dos órgãos da Administração	Submeter os projetos selecionados para aprovação dos Órgãos da Administração	Operações Financeiras
Aprovar o financiamento	Analisar e aprovar à luz do Framework e do planejamento estratégico do grupo Aegea os projetos submetidos	Órgãos da Administração

O Framework de Títulos Sustentáveis define também que dentre os projetos elegíveis, serão priorizados aqueles que apresentarem maior impacto no avanço das coberturas de água e esgoto, em consonância com o ODS 6, e/ou os que atenderem uma maior quantidade de critérios dentre os listados abaixo:

- Impacto no avanço da cobertura de água e esgoto;
- Eficiência e/ou segurança operacional;
- Redução das perdas de água;
- Eficiência energética;
- Utilização de energia limpa;
- Impacto positivo para o meio ambiente, mensurado através do tamanho da área ou da biodiversidade que receberá o investimento;
- Impacto social medido em razão da maior proporção de pessoas beneficiadas em relação à população total de determinado local; e
- Projetos em áreas com IDH igual ou menor à média do país.

Adicionalmente, é necessário que os projetos elegíveis obtenham as devidas licenças e permissões, incluindo as operacionais e ambientais, e que os fornecedores e parceiros de negócios contratados firmem o Código de Conduta de Parceiro de Negócios da Aegea e tenham passado pela *Due Diligence* de Integridade da Aegea que avaliam, dentre outros aspectos, a conformidade com direitos trabalhistas, com as condições de trabalho, situação de conflito de interesse e o atendimento à Lei Brasileira Anticorrupção, nº 12.846/2013.

O Framework de títulos Sustentáveis apresenta também uma lista de exclusão com as atividades que não podem ser elegíveis para fins de emissões sustentáveis. A lista não é exaustiva, ou seja, a Aegea analisará individualmente cada operação, cada projeto, quaisquer questões materiais

relacionadas a fatores ASG e que possam interferir na classificação sustentável atribuída aos projetos relacionados. Dessa maneira, são excluídos de emissões baseadas no Framework:

- Projetos que utilizem práticas irregulares e/ou ilegais de trabalho de crianças e adolescentes, que submetam seus empregados a condições degradantes ou análogas ao trabalho escravo;
- Projetos cujos parceiros de negócios não atuem em *compliance* com a lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção);
- Projetos relacionados à aquisição ou geração de eletricidade baseada em combustível fóssil ou sistemas de aquecimento a carvão ou óleo e;
- Projetos ligados as atividades ou resíduos nucleares.

Gestão dos impactos socioambientais adversos

A Aegea acompanha o desenvolvimento, aperfeiçoamento e desempenho de seus parceiros de negócio em relação ao cumprimento do contrato e dos princípios dispostos em seu Código de Conduta. Os parceiros de negócio devem, no exercício de suas atividades, adotar conduta honesta, digna e estrita observância às leis aplicáveis, respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e aos padrões éticos da sociedade.

A Emissora, em sua diretriz organizacional, determina que em todas as vezes em que a Aegea buscar novos negócios através de aquisição, fusão ou incorporação de qualquer empresa ou ativo, é realizado um processo de *Due Diligence* e incluído no contrato de compra e venda as cláusulas anticorrupção adequadas, além de consideradas outras opções disponíveis para evitar o risco de sucessão de qualquer passivo anterior ao fechamento da operação. Além disso, são realizadas auditorias anuais para avaliar o cumprimento de Leis, políticas e procedimentos internos.

A empresa dispõe de uma gerência de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSMA ou *EHS*), responsável por todas as ações relacionadas ao tema. Como parte do Sistema de Gestão de *EHS*, as diretrizes corporativas estão definidas no Programa Interage, utilizado para gestão em todas as unidades, por meio de instruções normativas que descrevem a sistemática de todos os cuidados para a realização das diversas atividades na empresa.

O Programa Interage é um compêndio de diretrizes corporativas voltadas a identificação e o controle de riscos socioambientais, dentre outros, por meio de instruções normativas internas baseadas nos critérios das ISO 14.001 e ISO 45.001.

Essas diretrizes foram desenhadas dentro de padrões internacionais de gestão e asseguram: a consolidação das ferramentas de verificação de atendimento às medidas de controle operacional, com base em inspeções programadas; o acompanhamento da eficiência e da eficácia das ações de prevenção dos aspectos ambientais significativos e dos perigos e riscos de *EHS*; o apoio na verificação da conformidade legal e de outros requisitos aplicáveis das Unidades de Negócio; bem como a melhoria contínua nos seus processos de gestão de *EHS*, voltados à mitigação de riscos ocupacionais e de meio ambiente.

No Portal de Meio Ambiente do Programa, são monitoradas as licenças, outorgas, documentos ambientais e atendimento das condicionantes, de forma a avaliar a conformidade das unidades. Esse status é apresentado à alta administração, em reuniões mensais de resultados.

As unidades do Grupo Aegea, contam com ferramentas para levantamento e monitoramento de requisitos legais, incluindo as novas regulamentações e atualizações das legislações de meio ambiente, saúde e segurança e responsabilidade social. Esses dados são utilizados em análises críticas para reavaliação dos aspectos e impactos ambientais, perigos e riscos e dos riscos sociais. São ainda conduzidas auditorias internas de meio ambiente, saúde e segurança ocupacional (*EHS*) conforme programação realizada pela área corporativa. A Companhia verifica periodicamente as normas *EHS* atualizadas em relação às suas operações. Essas atualizações nas normas fazem parte da gestão e análise de riscos da Companhia.

A empresa monitora os parâmetros operacionais/processos e verifica a conformidade, direcionando ações mitigadoras para reduzir impactos. Também mantém campanhas de

	<p>conscientização para uso dos recursos naturais junto às comunidades de áreas de influência direta, que abordam campanhas de uso consciente e programas sustentáveis.</p> <p>Nível de alinhamento com melhores práticas</p> <p>O nível de alinhamento do Framework com o princípio “Processo de Seleção e Avaliação de Projetos” foi considerado Confortável, uma vez que os projetos e ativos investidos não apresentam indicadores mínimos de desempenho alinhados com critérios da CBI e Taxonomia da União Europeia.</p>
<p>Gestão de Recursos</p> 	<p>Processo para gestão de recursos</p> <p>Segundo apresentado no Framework, as emissões podem ser originadas pela empresa <i>holding</i>, suas subsidiárias ou afiliadas. A documento define ainda que as emissões de dívidas amparadas pelo Framework devem possuir lastro suficiente em projetos sustentáveis, ou seja, os recursos líquidos das emissões rotuladas não devem exceder o orçamento dos projetos verdes, sociais ou sustentáveis que financiarão.</p> <p>O prazo de alocação dos recursos deverá ser menor ou coincidente com o vencimento dos títulos de dívida captados. Em relação a reembolso/recomposição do caixa, serão elegíveis projetos cuja a alocação dos recursos relacionada a CAPEX tenha sido executada até 36 meses antes da respectiva emissão, enquanto reembolsos em OPEX são considerados elegíveis quando executados em até 24 meses antes da respectiva emissão.</p> <p>O fluxo dos recursos captados será monitorado de forma contínua ao longo de todo período de maturidade do título. Caso o projeto deixe de ser elegível, conforme critérios definidos no Framework e apresentados na seção anterior, a emissora deverá redirecionar os recursos para outros projetos que sejam elegíveis em até 12 meses, podendo os instrumentos de dívidas a serem celebrados prever cláusulas que impliquem em multas e vencimentos antecipados caso os recursos não sejam destinados e/ou redirecionados para os projetos elegíveis identificados no Framework.</p> <p>A correta destinação dos recursos será monitorada pela área de Operações Financeiras da Aegea até sua alocação completa nos projetos elegíveis e tais recursos são gerenciados pela tesouraria da Aegea e/ou por eventual sociedade de propósito específico administrada por um terceiro (no caso de captações específicas), que inclui, mas não se limite a uma securitizadora e que permita a devida segregação dos recursos.</p> <p>Temporariamente, os recursos poderão ser utilizados para outras atividades do negócio da empresa, sejam elas operacionais e de financiamentos que não sejam carbono intensivas ou de aplicações financeiras. A Política de aplicações financeiras do grupo Aegea somente permite a alocação temporária de recursos em ativos de alta liquidez, além de restringir as situações onde derivativos são permitidos.</p> <p>Adicionalmente, o Framework de Títulos Sustentáveis apresenta uma lista de exclusão de atividades que não poderão receber temporariamente os recursos, são elas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividades operacionais que não estejam relacionadas com a prestação dos serviços de saneamento; • Atividades operacionais ou investimentos que sejam carbono intensivas; • Atividades restritas por lei ou regulamentos vigentes; • Operações de renda fixa em bancos que não sejam de primeira linha; • Operações de renda fixa de médio ou alto risco; • Operações de renda fixa que não tenha alta liquidez; • Quaisquer operações de renda variável; • Quaisquer operações nos mercados futuro e de derivativos; <p>A validade do Framework se estende a títulos verdes, sociais ou sustentáveis captados nas empresas controladas e coligadas da Aegea. A administração da Aegea será responsável por controlar a alocação dos recursos para assegurar o atendimento dos critérios definidos no Framework e para assegurar que o mesmo projeto ou gasto não servirá como lastro para outros títulos e/financiamentos considerados verdes, sociais ou sustentáveis.</p>

	<p>Uma vez que a Política de aplicações financeiras do grupo Aegea somente permite a alocação temporária de recursos em ativos de alta liquidez e em atividades que não sejam carbono intensivas, além de restringir as situações onde derivativos são permitidos, o risco de contaminação dos recursos é considerado baixo.</p> <p>Nível de alinhamento com melhores práticas O nível de alinhamento do Framework com o princípio 'Gestão de Recursos' foi considerado Confortável, uma vez que o Framework não apresenta o compromisso de inserção de cláusulas de vencimento antecipado em casos de descumprimentos de condições, licenças e legislações socioambientais nas minutas de futuras emissões baseadas no framework;</p>				
<p>Relato</p> 	<p>Através do seu Framework de Títulos Sustentáveis a Aegea assume o compromisso de divulgar anualmente um relatório com indicadores de acompanhamento dos projetos e ativos elegíveis, em seu <i>website</i>, relatório anual de sustentabilidade, relatório da administração ou equivalente, aos investidores e a demais partes interessadas. Os relatos de Indicadores de impacto socioambiental e de alocação dos recursos serão divulgados de forma segregada, com granularidade a nível dos projetos financiados com base no framework</p> <p>O reporte deverá ocorrer até que os recursos líquidos das captações estejam integralmente alocados nos Projetos Elegíveis e deverá conter o status da alocação dos recursos em projetos verdes, sociais e sustentáveis, bem como seus respectivos benefícios sociais e ambientais. O Framework define ainda que os reportes, sempre que possível, deverão ser realizados de acordo com orientações definidas pelas diretrizes de <i>Impact Reporting</i> da ICMA³⁷. A Aegea se compromete ainda a divulgar todas as informações relevantes observando as legislações pertinentes, acordos de confidencialidade ou conflitos de interesse.</p> <p>A Emissora se compromete a garantir que não haverá dupla contagem de lastro nas emissões sustentáveis que realize e indicará sempre na documentação apropriada qual será o uso de recursos, indicando quais são os Projetos Elegíveis aplicáveis.</p> <p>Indicadores Pré-emissão: A cada futura emissão baseada no Framework, a Aegea irá relatar aos investidores e demais partes interessadas os principais benefícios socioambientais, bem como a utilização dos recursos e alinhamento frente os critérios <i>dos Green e Social Bond Principles</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Porcentagem dos recursos destinada para CAPEX / OPEX dos projetos (%); • Alinhamento da emissão frente ao Princípio 01 “Usos dos Recursos” quanto aos Green Bond Principles (GBP) e Social Bond Principles (SBP); • Benefícios socioambientais esperados dos projetos a serem financiados. <p>Indicadores financeiros para reporte: Segundo o Framework, os indicadores financeiros relatados serão:</p> <ol style="list-style-type: none"> (i) Percentual dos recursos alocados nos projetos elegíveis; (ii) Percentual dos recursos temporariamente alocados em outros instrumentos financeiros; (iii) Percentual dos recursos temporariamente alocados em outros projetos do Grupo Aegea que não os indicados no Framework. <p>Indicadores socioambientais para reporte: Os indicadores foram selecionados visando acompanhar os benefícios socioambientais dos investimentos sustentáveis elegíveis ao Framework. Os indicadores a serem reportados serão:</p> <p style="text-align: center;"><i>Tabela 4: Indicadores Socioambientais para reporte</i></p> <table border="1" data-bbox="327 1787 1452 1953"> <thead> <tr> <th style="background-color: #800000; color: white;">Descrição do uso de recursos (UoP)</th> <th style="background-color: #800000; color: white;">Indicadores</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1. Ampliação da rede de abastecimento de água</td> <td> <ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de domicílios (economias) com atendimento de água (#); • Extensão da rede de água (Km); • Capacidade de produção de água (m³); </td> </tr> </tbody> </table>	Descrição do uso de recursos (UoP)	Indicadores	1. Ampliação da rede de abastecimento de água	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de domicílios (economias) com atendimento de água (#); • Extensão da rede de água (Km); • Capacidade de produção de água (m³);
Descrição do uso de recursos (UoP)	Indicadores				
1. Ampliação da rede de abastecimento de água	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de domicílios (economias) com atendimento de água (#); • Extensão da rede de água (Km); • Capacidade de produção de água (m³); 				

2. Investimentos em segurança hídrica	<ul style="list-style-type: none"> • Volume tratado de água (m³); • Quantidade de fontes de captação de água (#); • Quantidade de poços e reservatórios (#); • Quantidade de espécies plantadas e (#); • Tamanho de área florestal conservada (ha);
3. Ampliação da rede de coleta e tratamento de esgoto	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de domicílios (economias) com atendimento de esgoto (#); • Capacidade de vazão dos sistemas de esgotamento sanitário (m³ e/ou Litro); • Volume de esgoto tratado (m³);
4. Investimentos visando o aumento da confiabilidade das operações	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo específico de energia por volume produzido de água e/ou esgoto tratado (KWh/m³); • Capacidade de produção de água e/ou tratamento de esgoto (m³/dia); • Quantidade e capacidade de análise de amostras dos laboratórios (#/dia); • Capacidade de produção de insumos (Kg);
5. Programas de redução das perdas de água	<ul style="list-style-type: none"> • Perdas de água em relação ao volume de água produzido (%); • Perdas de água por ligação (Litros/dia);
6. Investimento em projetos para redução da emissão de gases efeito estufa	<ul style="list-style-type: none"> • Volume de emissões de gases efeito estufa escopos 1, 2 ou 3 (tCO₂ eq); • Volume de combustível consumido com relação ao volume de esgoto tratado ou volume de lodo produzido (L/m³ ou L/Tonelada); • Volume de lodo destinado para aterros (Kg); • Volume de lodo reaproveitado (Kg);
7. Programas para aumento da eficiência energética no processo de tratamento de água e/ou esgoto	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo específico de energia em kWh/m³ de água produzida e/ou esgoto tratado, • Emissões de gases efeito estufa escopo 2 (tCO₂eq)
8. Reciclagem de resíduos e/ou economia circular, incluindo lodo	<ul style="list-style-type: none"> • Massa de resíduos produzidos em relação ao volume de água produzido ou esgoto tratado (Kg/m³); • Volume de lodo destinado para aterros em relação ao volume de água produzida ou esgoto tratado (% e/ou Kg/m³); • Volume de lodo reciclado (m³ e/ou Kg); • Emissões de gases efeito estufa de escopo 1, 2 ou 3 (TCO₂eq)
9. Programas para produção de energia limpa (<i>build to suit</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de energia renovável na matriz energética da Aegea (%); • Emissões de gases efeito estufa antes e após a implementação dos programas e projetos (tCO₂eq);
10. Preservação e/ou recuperação de biomas, matas e vegetação nativa e manutenção de barragens	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de mudas plantadas (#); • Hectares reflorestados ou recuperados (ha); • Quantidade de seres vivos e/ou de espécies em determinado bioma (#); • Área florestal conservada (ha)
11. Investimentos em programas para a ampliação do número de famílias cadastradas na tarifa social	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de famílias com acesso à tarifa social (#);
12. Pesquisa, desenvolvimento e implantação de soluções operacionais e comerciais específicas para o atendimento adequado dos serviços de saneamento	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade economias atendidas em regiões de aglomerados subnormais e bolsões de vulnerabilidade social; • Massa de resíduos reciclados/reaproveitados (Kg); • Emissão de gases efeito estufa escopos 1, 2 e 3 (tCO₂eq); • Perdas de água em relação ao volume de água produzido ou perdas de água por ligação (litros/dia e/ou %)
13. Projetos e programas para inclusão, capacitação e desenvolvimento de colaboradores com perfil de diversidade (mulheres, pretos e pardos)	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de negros e nos cargos de liderança (%); • Percentual de mulheres nos cargos de liderança (%).

A Aegea, eventualmente, a seu critério, poderá fazer um reporte de impacto com o apoio de consultoria especializada. Neste reporte poderão constar, um ou mais indicadores listados abaixo ou outro que demonstre os benefícios diretos e/ou indiretos gerados pelos projetos enquadrados no Framework:

- Parcela das moradias com banheiro (% das habitações);
- Parcela com recebimento regular de água (% da população);
- Parcela da população com acesso à água (% da população);
- Parcela da população urbana com acesso à água (% da população);
- Parcela da população com coleta de esgoto (% da população);
- Parcela da população urbana com coleta de esgoto (% da população);
- Consumo per capita de água (litros diários por pessoa);
- Esgoto coletado (mil m³);
- Esgoto tratado (mil m³);
- Índice de esgoto tratado referido à água consumida (%);
- Perdas na distribuição (%);
- Despesas per capita com saneamento (R\$ per capita);
- Incidência de internações totais por doenças de veiculação hídrica (internações por 10 mil habitantes);
- Incidência de internações por diarreia (internações por 10 mil habitantes);
- Despesas com internações por doenças de veiculação hídrica (R\$);
- Taxa de óbitos por doenças de veiculação hídrica (óbitos por 10 mil habitantes);
- Taxa de óbitos por doenças de veiculação hídrica - 0 a 4 anos (óbitos por 10 mil habitantes);
- Valor médio dos aluguéis (R\$ por mês);
- Empregados no turismo (pessoas);
- Renda média do trabalho no turismo (R\$ por mês);
- Extensão da rede de água (km);
- Extensão da rede de esgoto (km);

A Aegea declarou que tanto o seu Framework de Títulos Sustentáveis, assim como o seu Parecer de Segunda Opinião (SPO) correspondente serão publicados na página de Relações com Investidores da Companhia.

Nível de alinhamento com melhores práticas: O nível de alinhamento do Framework com o princípio 'Relato' foi considerado **Confortável**, uma vez que o Framework não define compromissos de realização de verificação independente ou auditoria externa quanto ao relato de informações financeiras e benefícios socioambientais reportados.

- **Análise da Empresa:**

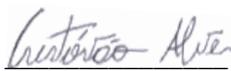
Quadro 2 - Descrição da análise da empresa

Análise	Descrição
Performance ASG da Emissora	Por meio dessa análise, concluímos que a Aegea possui diversas práticas ASG associadas à dimensão ambiental, social e de governança, demonstrando <i>know how</i> técnico de suas atividades.
Controvérsias ASG	A partir da análise de controvérsias, concluímos que a empresa esteve envolvida em casos de alta severidade. Contudo, verificou-se que a empresa tem capacidade de medir e compensar riscos, mas, se não gerenciados e mitigados adequadamente, podem comprometer a performance ASG da empresa, aspecto que contribui para a atribuição do rótulo de Framework Sustentável.
Conclusão	Considerando as informações apresentadas acerca das características do Framework, a SITAWI considera o Framework de Títulos Sustentáveis da Aegea, em linha com os <i>Green Bond Principles</i> (GBP), <i>Social Bond Principles</i> (SBP) e boas práticas internacionais para emissão de títulos verdes e sociais.

Equipe técnica responsável

Felipe Catorza

Analista

felipe.catorza@nintgroup.com

Cristóvão Alves

Avaliador Líder

cristovao.alves@nintgroup.com

Gustavo Pimentel

Revisor e Controle de Qualidade

gustavo.pimentel@nintgroup.com

Rio de Janeiro, 12/05/2022

Declaração de Responsabilidade

A SITAWI³⁸ não é acionista, subsidiária, cliente ou parte relacionada da Aegea, nem de suas empresas coligadas ou subsidiárias, estando apta a emitir uma opinião independente.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Aegea. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a SITAWI não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento ou compra de cotas, e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos ativos.

³⁸ A responsável final por esse relatório é a KOAN Finanças Sustentáveis Ltda., que opera sob o nome fantasia de SITAWI Finanças do Bem

3. Performance ASG da Aegea

Criada em 2010, a Aegea Saneamento e Participações S.A. é líder no setor privado de saneamento básico no Brasil, cobrindo todo o processo do ciclo da água, da captação, tratamento e abastecimento de água à coleta e tratamento de esgoto. Atualmente a empresa possui 8.293 colaboradores e atende 21,4 milhões pessoas, com 49,5% *Market Share* do Setor de Saneamento Privado, atuando em 154 municípios de 13 Estados brasileiros e com 44 concessões, 6 PPPs e 1 subconcessão. A Figura 2 apresenta os locais de atuação da Aegea.

Figura 1 – Mapa de Atuação da Aegea Saneamento e Participações S.A.



A Aegea atua no gerenciamento de ativos de saneamento por meio de concessões comuns plenas ou parciais, sub-concessões e parcerias público privadas (PPPs), como administradora de concessões públicas em todo processo do ciclo integral da água – abastecimento, coleta e tratamento de esgoto, de acordo com o perfil e necessidade de cada município. Segundo a empresa, sua atuação é pautada pelo respeito a sociedade, ao meio ambiente e aos princípios éticos.

A companhia possui como missão empreender soluções de saneamento com excelência e segurança empresarial, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos públicos atendidos. Além disso, a empresa espera ser reconhecida como a melhor companhia na viabilização e gestão de negócios de saneamento no Brasil e referência mundial. Para tal se baseia em seus valores de Acessibilidade, Austeridade, Colaboração, Evolução Contínua, Responsabilidade Social, Transparência.

A empresa possui Relatório de Sustentabilidade que é divulgado anualmente e engloba os aspectos financeiros, ambientais, sociais e de governança. Em 2020 foi divulgada a 10ª edição do relatório, apresentando os resultados consolidados das operações de todas as unidades, bem como as oportunidades aproveitadas, desafios enfrentados e estratégias assumidas.

Maio/2022

As Demonstrações Financeiras foram auditadas externamente pela Auditoria Ernst & Young Global Limited e, os dados ASG, apurados internamente com o aval da Alta Administração. A Matriz de Materialidade, *disclosures* GRI e a respectiva correlação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram atualizados em dezembro de 2020, por consultoria externa especializada, incluindo recomendações para o próximo ciclo.

Para padronizar os procedimentos em todas as concessões, foi criado o Programa INTERAGE, que visa estabelecer, em todas as operações, a padronização de procedimentos voltados a defender políticas ambientais e de segurança ocupacional, bem como garantir locais de trabalho mais saudáveis e seguros. A iniciativa respeita as práticas já existentes nas unidades e sugere novos processos que possam assegurar resultados em conformidade com todos os requisitos legais aplicáveis ao sistema. São 59 procedimentos documentados, entre Instruções Normativas, Diretrizes Organizacionais e Procedimentos Operacionais, que englobam atividades de meio ambiente, medicina/saúde, segurança, gestão de Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente (EHS, na sigla em inglês) e social. Além de aprimorar o desempenho em cada uma das áreas envolvidas, o Programa Interage garante as melhores práticas para o cumprimento da legislação de EHS em todas as unidades de negócio, tanto as já estabelecidas quanto as novas concessões.

- **Aspecto Ambiental**

Em sua Política de sustentabilidade a Aegea destaca que seu objetivo de atuação é prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em conformidade com requisitos legais e as melhores práticas de mercado, com eficiência econômica, respeito ao meio ambiente e as pessoas, contribuindo para qualidade de vida e saúde da população. A Alta Direção se compromete com a melhoria contínua e eficaz do seu Sistema de Gestão, promovendo desdobramento destas diretrizes nos seus objetivos estratégicos e processos, realizando análises críticas do seu desempenho constantemente.

A Aegea é signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), e está alinhada com as principais agendas de sustentabilidade, comprometida com os 10 princípios universais e aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, em especial “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos”.

Além disso, a empresa Coordena a Frente Temática de Água e Saneamento, que visa colaborar para a construção de uma agenda de governança em água, engajando o setor privado na adoção de práticas sustentáveis em suas operações e em suas cadeias de abastecimento para promover o uso eficiente do insumo.

Com a premissa de manter controle para que a Companhia esteja sempre em dia com as orientações, normas e regulamentos do setor, foram implantadas ferramentas específicas de gestão ambiental na plataforma SESuite da Aegea. O portal armazena as licenças, outorgas, registros e todas as documentações ambientais da Companhia. Isso permite monitorar o status de licenças, outorgas, condicionantes ambientais e manter ativo um sistema de alertas de prazos de renovações e compromissos com agências ambientais e reguladoras e, ainda, de acompanhamento de processos de multas e notificações ambientais, além de disponibilizar links para as legislações ambientais vigentes. Soma-se a essa iniciativa as auditorias de EHS do Programa Interage com os respectivos planos de ação.

Visando mitigar os impactos ambientais de suas operações a Aegea desenvolve projetos e ações em suas unidades. Como exemplo, destaca-se sistema de secagem solar de lodo proveniente do tratamento de esgoto de suas estações. O processo

permite reduzir o sedimento a 60% de massa após 30 dias, o que diminui custo, tempo de deslocamento e descarte em aterro, considerando a redução de 75% do peso do lodo ao final do processo.

Além deste programa, foi assinada uma parceria entre a concessionária Águas do Mirante, a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq), da Universidade de São Paulo (USP), a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado, para conduzir estudos que pretendem transformar o lodo, após passar pela secagem solar, em composto orgânico para uso na agricultura.

Com o intuito de reduzir do índice de perdas de água e conscientização para o uso correto, foi criado o Núcleo de Eficiência e Tecnologia da Aegea. O Sistema de Gestão e Controle de Perdas (GCP) responde pelas estratégias e controle desses índices. Dentre os resultados, cabe destacar o trabalho realizado pela concessionária Águas Guariroba, na cidade de Campo Grande, do Mato Grosso do Sul, que teve seu índice de perdas de água diminuído de 57% para 19%. Ressalta-se que os índices de evolução integram as metas da maioria dos contratos de concessão, e isso inclui o cumprimento das portarias do Ministério da Saúde, que trazem à pauta a eficiência das estações, tanto de água como de esgoto.

Em 2020, o volume total tratado e distribuído pelas concessionárias da Aegea atingiram 793.842,948,34 m³, e o índice de perdas consolidado no período atingiu 53,8%, uma redução 0,8 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa diminuição é reflexo da redução de perdas físicas e comerciais na distribuição de água nas concessões. Já em relação ao tratamento de esgoto, no encerramento do exercício, foi contabilizado 172.929.628 m³ de esgoto tratado pelas concessionárias.

Quanto a Gestão das Emissões Atmosféricas, atualmente, é realizada apenas a quantificação dessas emissões de gases do efeito estufa (GEE) e estabelecido o ano-base, sem definição de metas ou estratégias para a redução das emissões. A metodologia para elaboração do inventário completo, incluindo o cálculo das emissões pelo processo operacional, está em fase de estudos para implementação.

Em 2020, as emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE) totalizaram 231.633 t CO₂eq, sendo que o processo de tratamento de esgoto corresponde a 95,5% do total das emissões deste escopo. As emissões indiretas (Escopo 2), provenientes da aquisição de energia, totalizaram 15.048 ton. CO₂eq, com base na abordagem *market based* que leva em consideração a matriz energética majoritariamente renovável da Companhia.

As ações voltadas para conservação e eficiência de energia elétrica implantadas levaram à redução de consumo de 8.235 GJ em relação a 2019. A base usada para o cálculo foi resultado das “Ações de Eficientização de Sistemas” em operação em Águas de Manaus, Águas de Teresina, Prolagos e Águas Guariroba.

Considerando o consumo de energia no mesmo ano, que chegou a 266,8 GWh, e analisando-o em função do volume de água tratado e distribuído pela empresa, entende-se que os sistemas de abastecimento de água da Aegea têm um alto grau de eficiência energética, chegando a 0,33 KWh/m³, estando assim abaixo dos 0,50 KWh/m³ estipulado como limite máximo pela taxonomia da união europeia. Desse modo, considera-se a gestão da Aegea alinhada ao critério *Water collection, treatment and supply with high energy efficiency of the system*.

Os custos unitários de energia relatados foram de R\$ 0,30/m³, com redução de 3,2% em relação a 2019. A base para o cálculo do custo unitário (R\$/m³) inclui somente os

Maio/2022

custos de energia elétrica para produção de água e tratamento de esgoto, excluindo as despesas com energia dos setores administrativos.

- **Aspecto Social**

A Aegea possui atuação consistente no que tange a Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente, e tem como objetivo de definir diretrizes corporativas para todas as operações. Os trabalhos são focados em fortalecer a política de gestão desses temas, em linha com normas regulamentadoras estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e padrões reconhecidos internacionalmente (como *Occupational Safety and Health Administration* – OSHA e Padrões de Desempenho do IFC), para que seja possível mensurar o desempenho das unidades.

Também foram unificados os procedimentos de divulgação, investigação e adoção de ações corretivas para acidentes e quase acidentes e configurado um sistema de gestão, com indicadores-chave (Key Performance Indicators – KPIs) de segurança. Com a padronização do processo de investigação e classificação de acidentes, foram formatados os indicadores de desempenho reativos e proativos.

Essas diretrizes foram desenhadas dentro de padrões internacionais de gestão e asseguram: A consolidação das ferramentas de verificação de atendimento às medidas de controle operacional, com base em inspeções programadas; O acompanhamento da eficiência e da eficácia das ações de prevenção dos perigos e riscos de EHS; A verificação da conformidade legal e de outros requisitos aplicáveis às Unidades de Negócio e; A melhoria contínua nos seus processos de gestão de EHS, voltados à mitigação de riscos ocupacionais e de meio ambiente

Segundo a Aegea todas as concessões contam ainda com Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) e equipes de Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT). As Comissões são compostas por representantes indicados diretamente pelo empregador e, por meio de escrutínio secreto, pelos colaboradores. Assim, todos os colaboradores próprios são representados em comitês formais de saúde e segurança. Apesar de as Cipas e o SESMT serem dimensionados com base no número de colaboradores próprios de cada concessão, a prestação dos serviços abrange os demais contratados e terceirizados.

Em aderência ao Programa de Proteção de Riscos Ambientais (PPRA), foram identificadas, avaliadas e reconhecidas as exposições da força de trabalho aos riscos à saúde e, principalmente, implantadas medidas de controle. O principal está associado ao processo de manutenção da rede de esgoto e das estações de tratamento de esgoto, em que há exposição a agentes biológicos. As medidas de controle contemplam a distribuição de equipamentos de proteção individual (luvas, óculos de segurança, conjuntos impermeabilizantes, entre outros), bem como treinamentos e inspeções a fim de verificar a adequação dos colaboradores aos procedimentos de segurança exigidos.

Quanto ao relacionamento com comunidades, Todo o Grupo Aegea tem como modelo de gestão a atuação pela Licença Social para Operar, um compromisso de ir além do contrato de concessão e estabelecer uma relação de confiança com a população dos territórios onde opera, de forma a integrar efetivamente o tecido social de cada município.

Para isso, além do desempenho operacional, todas as concessionárias do Grupo Aegea estabelecem canais de diálogo com lideranças comunitárias locais e outros *stakeholders* (Programa Afluentes) e desenvolve projetos e iniciativas de impacto socioambiental relacionadas aos três pilares do IDH (Educação, Saúde e Geração de Renda). Em cada território, as iniciativas são implementadas de acordo com a realidade

local, contando inclusive com o engajamento de colaboradores voluntários da companhia, mobilizados pelo Programa de Voluntariado Corporativo.

A Tarifa Social é um benefício concedido às famílias em situação de alta vulnerabilidade social e seu intuito é garantir que toda a população do município tenha acesso à água, minimizando o impacto da tarifa na renda dessas famílias. Esse benefício evita a inadimplência e o corte no abastecimento e, principalmente, promove a dignidade, permitindo que possam usufruir da qualidade de vida proporcionada pelo acesso aos serviços de saneamento prestados pela Aegea. Viabilizado por legislação municipal ou por cláusulas contratuais, a Tarifa Social proporciona um percentual de desconto na conta de famílias de baixa renda, que atendam a critérios específicos. Em 2020, as concessionárias da Aegea concederam esse benefício a cerca de 94.000 famílias, atingindo mais de 370.000 pessoas.

Os projetos Socioambientais adotados pelo Grupo Aegea têm objetivo de estabelecer relacionamento com a comunidade e promover um modelo de desenvolvimento focado nas pessoas, em especial aquelas em situação de vulnerabilidade social, atuando como parceiros do processo de evolução do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M) onde ocorre a prestação de serviço.

A Aegea promove ações e projetos voltados para as comunidades onde se situam suas concessões, a empresa entende que estes projetos proporcionam Aumento de mão de obra qualificada para a empresa e para o mercado de saneamento; Maior consciência ambiental; Aumento de residências conectadas à rede e Aproximação dos colaboradores com as comunidades atendidas pela empresa.

Escola Técnica Ambiental Metrosul - Projeto Pescar – jovens entre 16 e 19 anos, em situação de vulnerabilidade social e moradores das cidades atendidas pela empresa recebem formação em Eletromecânica. As aulas têm duração de 11 meses e acontecem diariamente em sistema híbrido. Os jovens também recebem uniforme, material didático e *notebook*, alimentação no local, auxílio transporte e cestas-básicas.

Portas Abertas - O Projeto Portas Abertas tem o objetivo receber visitantes para conhecer as instalações operacionais. Ao conhecer a unidade, bem como os processos envolvidos em cada etapa do tratamento de esgoto, a população passa a valorizar ainda mais o serviço prestado e a importância de se conectar à rede.

Voluntariado - Desenvolvido pelo Grupo Aegea em suas unidades, o Programa de Voluntariado foi implantado a fim de estimular entre os colaboradores o interesse para o trabalho voluntário em ações promovidas nas comunidades atendidas pela empresa na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Integrantes do Programa de Voluntariado da empresa participam do **Projeto Pescar Ambiental Metrosul, Portas Abertas, Hidráulica Para Mulheres, Afluentes, De Olho No Óleo e Portas Abertas** além as ações pontuais.

Afluentes - O Programa Afluentes tem por objetivo promover o relacionamento entre líderes locais e a empresa. O canal aberto e transparente de comunicação dá à empresa a oportunidade de se aproximar dos moradores e conhecer suas necessidades, além de ouvir suas sugestões e opiniões sobre os serviços prestados. O atendimento personalizado é para que a empresa possa antecipar os trabalhos que serão realizados e resolver rapidamente as demandas dos moradores de seus bairros e comunidades.

De Olho no Óleo - Programa criado a fim de orientar a população a utilizar corretamente as redes públicas, uma vez que o lançamento do resíduo nos ralos e vaso sanitário pode provocar entupimento da tubulação interna e atrair pragas que podem causar doenças

Maio/2022

como leptospirose, febre tifoide, cólera, salmonela, hepatites, esquistossomose, amebíase e giardíase. Por isso.

Hidráulica Para Mulheres – O programa visa capacitar mulheres para realizar o ofício de encanador/hidráulico. A capacitação nesse ofício contempla o elevado índice de desemprego nas cidades da região metropolitana de Porto Alegre e foi pensado na necessidade de profissionais capacitados para realizar a conexão intradomiciliar.

- **Aspecto de Governança Corporativa**

O controle acionário da Aegea é dividido entre as empresas Equipav (52,77%), GIC (34,34%) e ITAÚSA com os demais 12,88% das ações do grupo. As figuras 3 e 4 a seguir apresentam a estrutura societária e de governança do Grupo Aegea.

Figura 3 – Estrutura societária da Aegea Saneamento e Participações S.A.

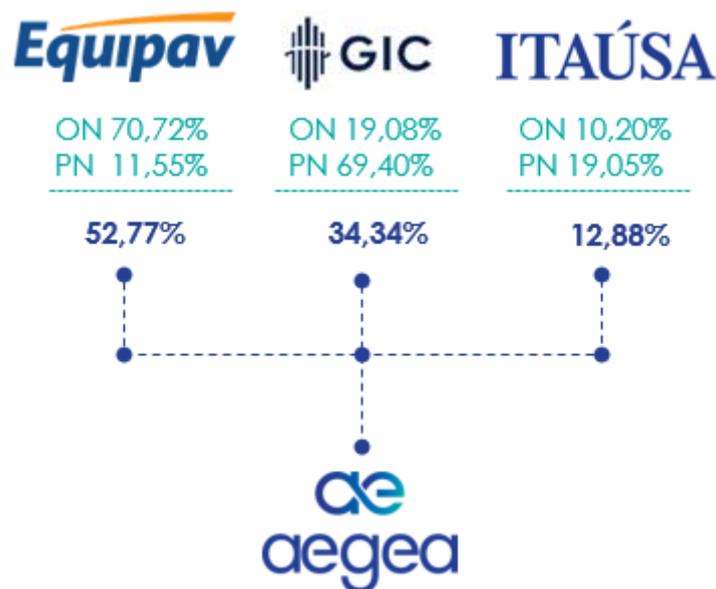
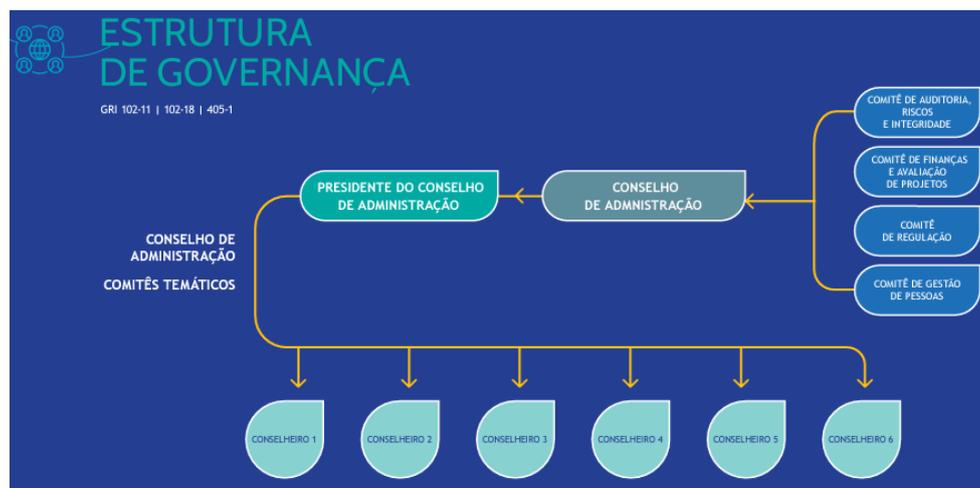


Figura 4 – Estrutura de Governança da Aegea Saneamento e Participações S.A.



A Aegea busca garantir altos níveis de transparência e ética em suas atividades. Para divulgar e apoiar todas as iniciativas da empresa e de suas concessionárias, foi

estabelecido um Programa de *Compliance* que promove uma cultura de integridade com base nos valores e no Código de Conduta da Aegea.

O Grupo trabalha o *Compliance* baseado em três pilares que norteiam o sistema. São eles: Prevenção, Detecção e Correção.

- Prevenção: Além de verificar os riscos iminentes ao negócio, o sistema está atrelado ao estabelecimento de políticas e procedimentos que contam com o apoio de comunicações e treinamentos constantes para colaboradores, fornecedores e parceiros de negócios.
- Detecção: as suspeitas relatadas são apuradas com a finalidade de esclarecer os fatos e promover a verdade. O processo é conduzido com confidencialidade e respeito aos envolvidos.
- Correção: As falhas identificadas ou as possíveis atitudes inadequadas devem ser corrigidas imediatamente e, quando cabível, uma medida disciplinar deve ser aplicada.

O grupo Aegea conta com procedimentos para aperfeiçoar a Gestão de Integridade, de forma que seja possível realizar o fortalecimento áreas de *Compliance*, Controles Internos e Governança Corporativa da Companhia. A empresa mantém anualmente a certificação NBR ISO 37001 – Sistemas de Gestão Antissuborno, que atesta o amadurecimento da Diretoria de Integridade e do Programa de *Compliance* e afirma o comprometimento da empresa em adotar controles eficazes, pautados por padrões internacionais. O sistema de gestão possui 43 políticas relacionadas ao tema e, conta, entre outras ferramentas, com uma sistematização para o cruzamento de informações, capaz de ampliar o controle sobre conflitos de interesses.

O Programa de *Compliance* é conduzido pela Diretoria de Integridade, que tem reporte direto para o Conselho de Administração da Companhia. A Diretoria conta com o apoio de um Grupo de Gestão de Ética, que tem a responsabilidade de avaliar e acompanhar as eventuais investigações, este grupo assume a tarefa de garantir a idoneidade de todo o processo realizado pelo Grupo Apurador.

Para assegurar a conformidade e integridade corporativas em seus negócios, a Aegea desenvolveu políticas que sustentam os padrões de comportamento esperados. As políticas e procedimentos exigem que os colaboradores, fornecedores e parceiros atuem de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis ao negócio e às diretrizes internas da companhia.

Dentre as Políticas de Integridade do Grupo Aegea estão inclusas: Cumprimento do Código de Conduta; Antissuborno e anticorrupção; Relacionamento com o Poder Público; Lavagem de dinheiro; Proibição de pagamento de facilitação; Antitruste e relação com concorrente; Assédios moral e sexual; Conflito de interesses Elaboração e gestão de contratos; Relação com parceiros de negócio; Brindes e hospitalidades; Doações, contribuições e patrocínios; Tratamento de informação; Uso de bens da empresa; Registros contábeis; Canal de Ética; Consequências e medidas disciplinares e; *Compliance* com as leis e regulamentos.

Reforçando sua atuação com foco em transparência e integridade em seus negócios, a Aegea estabeleceu um Canal de Ética, destinado aos colaboradores, fornecedores, usuários, autoridades, servidores públicos e demais públicos com quem o grupo se relaciona.

Maio/2022

Dedicado a apurar fatos relacionados a eventuais irregularidades ou comportamentos inadequados na condução dos negócios ou das atividades sociais, em nível empresarial ou profissional, o Canal é a forma de identificação dos desvios em relação ao Código de Conduta e às leis. Todas as denúncias são tratadas de forma confidencial e sigilosa, não trazendo qualquer exposição ao relator.

- **Pesquisa de Controvérsias ASG**

Em relação ao estudo de controvérsias, concluímos que a Aegea esteve envolvida em casos de severidade Crítica. Estas foram solucionadas após acordos judiciais e aprimoramento da Gestão da Integridade e *Compliance* da companhia. Seu nível de responsividade é considerado adequado para resolução dessas questões. Esse fato é importante, pois indica que as práticas da empresa são efetivas. Destaca-se que para classificar o nível de severidade foram pedidos esclarecimentos e informações adicionais à Emissora, que forneceu alta transparência, tempestividade e detalhamento para com as controvérsias identificadas.

Governança	Nível de Severidade	Responsividade
<p>(2016): Executivos da Aegea respondem na justiça por corrupção.</p> <p>Acusada de fraude em contrato, Aegea firma acordo milionário para ressarcir Daerp e Prefeitura de Ribeirão Preto.</p>	<p>Crítico: A ex-controlada Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (Engepav), teve administradores, procurador e funcionário alvos de procedimentos investigatórios, sobre supostos casos de corrupção praticados por empresas e agentes públicos ligados ao município de Ribeirão Preto. Uma das investigações é sobre o contrato nº 50/2015, que perdurou de 17 de julho de 2015 até 28 de janeiro de 2017, celebrado entre o Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto (DAERP) e a ex-controlada Aegea Engenharia e Comércio Ltda.</p>	<p>Defensiva: representantes da empresa informaram que em razão do Acordo de Não Persecução Cível celebrado, conforme divulgado pela Companhia em 29 de outubro de 2020, a Companhia, seus funcionários e administradores, bem como demais empresas de seu grupo econômico não são mais alvos desta operação.</p> <p>Como parte do acordo a ex-controlada se comprometeu a pagar o valor de R\$ 40 MI ao DAERP, além de ter assumido outras obrigações usuais nesse tipo de transação. A decisão que homologou o Acordo atendeu ao melhor interesse da Companhia, seus acionistas e <i>stakeholders</i>, mediante o encerramento dos processos e ações contra a Aegea Engenharia.</p>

(2017): Operação “Lama Asfáltica”

Abertura de processos administrativos fiscais, pela Receita Federal do Brasil.

Pouco significativo: Em novembro de 2017, a controlada Águas Guariroba S.A. recebeu mandados de busca e apreensão e teve quebra dos sigilos bancário e fiscal, em razão de decisões liminares proferidas por conta de inquéritos investigatórios instaurados pela Polícia Federal no âmbito da operação “Lama Asfáltica” e seus desdobramentos.

Estas investigações decorrem de atos praticados por autoridades ocupantes de cargos públicos e/ou políticos, e pessoas a elas relacionadas, no estado do Mato Grosso do Sul, visando buscar e apreender documentos de possível interesse da investigação, relacionados a possíveis irregularidades em pagamentos efetuados pela controlada Águas Guariroba S.A. a determinadas empresas e escritórios de advocacia.

No curso das investigações, nenhum representante ou administrador e colaborador, pretérito e atual da controlada Águas Guariroba S.A., foi indiciado ou denunciado, sendo a menção feita à controlada Águas Guariroba S.A. decorrente do relacionamento comercial com pessoas e empresas investigadas.

Defensiva: O Conselho de Administração da Companhia contratou escritórios de advocacia e empresa de investigação independentes, justamente com o objetivo apurar as alegações de fato apontadas na investigação, em relação aos quais, a Companhia resolveu pagar, através de suas controladas, os tributos apontados como devidos.

No mais, a Companhia permanece no propósito de colaborar com as autoridades para elucidação dos fatos e tomar medidas que eventualmente se fizerem necessárias.

Após conclusão de investigação independente contratada pelo Conselho de Administração foram divulgadas demonstrações financeiras com parecer favorável e sem ressalvas. Dessa maneira a controvérsia foi considerada encerrada.

Após os fatos citados, a empresa destacou esforços para aperfeiçoar a Gestão de Integridade, de forma que foi possível realizar o fortalecimento áreas de *Compliance*, Controles Internos e Governança Corporativa da Companhia. Como resultado a empresa obteve, e mantém desde 2018, a certificação NBR ISO 37001 – Sistemas de Gestão Antissuborno, que atesta o amadurecimento da Diretoria de Integridade e do Programa de *Compliance* e chancela o comprometimento da empresa em adotar controles eficazes, pautados por padrões internacionais.

O Programa de *Compliance* é conduzido pela Diretoria de Integridade, que tem reporte direto para o Conselho de Administração da Companhia. A Diretoria conta com o apoio de um Grupo de Gestão de Ética, que tem a responsabilidade de avaliar e acompanhar as eventuais investigações, este grupo assume a tarefa de garantir a idoneidade de todo o processo realizado pelo Grupo Apurador.

Segundo relatado, a Administração da AEGEA reuniu os elementos necessários e finalizou durante o quarto trimestre de 2021 a mensuração dos efeitos nos saldos contábeis da Companhia e de algumas de suas controladas, relacionadas principalmente à capitalização de ativos intangíveis e efeitos tributários, tendo procedido com as respectivas correções nas Demonstrações Financeiras. Após conclusão de investigação independente contratada pelo Conselho de Administração, foram divulgadas demonstrações financeiras com parecer favorável e sem ressalvas. Dessa maneira a controvérsia foi considerada encerrada.

Por meio dessa análise, concluímos que a Aegea possui diversas práticas ASG associadas à dimensão ambiental, social e de governança, demonstrando *know how* técnico de suas atividades. Porém, a partir da análise de controvérsias, concluímos que a empresa está envolvida em casos de alta severidade. Verificou-se que a empresa tem capacidade de medir e compensar alguns riscos, mas, se não gerenciados e mitigados adequadamente, podem comprometer a performance ASG da empresa, aspecto que confere a qualidade de Framework de Títulos Sustentáveis.

Green and Social Bond Principles Form

Sustainable Bond

External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer Sustainability Bond Framework Name: Aegea Saneamento e Participações S.A

Review provider's name: SITAWI

Completion date of this form: May 12th, 2022

Publication date of review publication: Not defined

Section 2. Review overview

SCOPE OF REVIEW

The review assessed the following elements and confirmed their alignment with the GBPs and the SBPs:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Use of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection |
| <input checked="" type="checkbox"/> Management of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Reporting |

ROLE(S) OF REVIEW PROVIDER

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification | <input type="checkbox"/> Rating |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

EXECUTIVE SUMMARY OF REVIEW

According to SITAWI, Aegea's Framework is aligned with both the Green Bond Principles (GBP) and the Social Bond Principles (SBP) and is therefore eligible to market as a Sustainability Framework. All issuances based on this framework will fund and refinance projects and assets related to sustainable water and wastewater management, environmentally sustainable management of living natural resources and land use, pollution prevention, accessible basic infrastructure, and socioeconomic advancement and capacity building.

In addition, the projects outlined in the framework are aligned with Aegea's sustainability strategy.

The framework established a 36-months look-back period for CAPEX and 24-months for OPEX. For future investments, the allocation period should be less or equal to the maturity of each issuance.

Governance for the evaluation and selection of projects is clear and transparent. The ESG Executive Committee is in charge of checking the compliance of projects with the Use of Procedures established in the framework. Clear procedures are in place to ensure that resources are allocated to projects and assets that meet the Framework's eligibility criteria.

To ensure that the assets and projects identified in the framework are aligned with best market practices, we assessed the expected E&S additionally based on the following references: “*Não Perca Esse bond*” (SITAWI, 2018); Climate Bonds Standards: sectoral criteria, and EU Sustainable Finance Taxonomy. The criteria established are aligned with best market practices. However, there are gaps identified in relation to full compliance with the requirements established in the mentioned standards. The Second Part Opinion (SPO) report and framework will be available on the issuer's website.

The company undertakes to report annually on its website to all stakeholders the allocated proceeds and environmental and social KPIs.

Section 3. Detailed review

1. USE OF PROCEEDS

Overall comment on section: The projects and assets included in the framework are aligned with the Green Bond Principles’ Sustainable water and wastewater management, Environmentally sustainable management of living natural resources and land use, Pollution prevention and control, and Social Bond Principles’ Affordable basic infrastructure and socioeconomic advancement and capacity building categories. The framework defines that each issuance must direct, at least 80% of the proceeds for CAPEX. Although the proceeds are eligible for green, social and sustainable issuances, we have identified gaps regarding their alignment with the EU Taxonomy and Climate Bonds Standards. The lookback period is 36 months for CAPEX and 24 months for OPEX. The expected period to allocate the proceeds should be less than or equal to the maturity of each issuance.

Use of proceeds categories as per GBP/SBP:

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Renewable energy | <input checked="" type="checkbox"/> Energy efficiency |
| <input checked="" type="checkbox"/> Pollution prevention and control | <input checked="" type="checkbox"/> Sustainable management of living natural resources |
| <input checked="" type="checkbox"/> Terrestrial and aquatic biodiversity conservation | <input type="checkbox"/> Climate change adaptation |
| <input checked="" type="checkbox"/> Sustainable water management | <input checked="" type="checkbox"/> Socioeconomic advancement and capacity building (SBP); |
| <input type="checkbox"/> Eco-efficient products, production technologies, and processes | <input checked="" type="checkbox"/> Affordable basic infrastructure (SBP); |
| <input type="checkbox"/> Unknown at issuance but currently expected to conform with GBP categories, or other eligible areas not yet stated in GBP | |

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Overall comment on section (if applicable): Aegea’s internal process for evaluating and selecting projects is aligned with market practice. Its financial, sustainability, and legal teams will verify the compliance of the projects with the Use of Proceeds requirements. The teams also verify whether the Eligible Assets are aligned with the local laws and regulations. Additionally, the framework has an exclusion list with legal and regulatory criteria. Nevertheless, the Framework has not defined minimum performance indicators for eligibility of projects and invested assets. In the face of the foregoing, we can conclude that the internal processes for project evaluation and selection are

Maio/2022

transparent and robust. The projects are aligned with Aegea's strategy and have environmental and social benefits, delivering positive contributions to sustainable development.

Evaluation and selection

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Defined and transparent criteria for projects eligible for Sustainable Bond proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Documented process to determine that projects fit within defined categories |
| <input type="checkbox"/> Summary criteria for project evaluation and selection publicly available | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Information on Responsibilities and Accountability

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Evaluation / Selection criteria subject to external advice or verification | <input checked="" type="checkbox"/> In-house assessment |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Overall comment on section: The issuances can be originated by the holding company, its subsidiaries, or affiliates. Until their final allocation, the net proceeds may be allocated to treasury bonds, low-risk and highly liquid fixed income instruments of top-tier banks or other activities of the company's business. The company has committed not to allocate in high intensity of GHG emission activities. The company also commits that the sum of proceeds raised through green, social and/or sustainable issuances allocated to each project will not surpass the total cost of the green projects and assets. The company has committed to reallocating the proceeds within 12 months, if the selected projects no longer meet the defined eligibility. The company provided a list with defined exclusion criteria. The Framework suggests as a possibility the insertion of early maturity clauses for supported issuances, however, it does not present a commitment to insert early maturity mechanisms for all issuances. The proceeds raised from each issuance will not be kept in separate accounts.

Tracking of proceeds:

- | |
|---|
| <input type="checkbox"/> Green and Social Bond proceeds segregated or tracked by the issuer in a systematic manner |
| <input checked="" type="checkbox"/> Disclosure of intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Additional disclosure:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Allocations to future investments only | <input checked="" type="checkbox"/> Allocations to both existing and future investments |
| <input type="checkbox"/> Allocation to individual disbursements | <input checked="" type="checkbox"/> Allocation to a portfolio of disbursements |
| <input checked="" type="checkbox"/> Disclosure of portfolio balance of unallocated proceeds | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

4. REPORTING

Overall comment on section (if applicable): The issuer will report annually on its website about the green and social bonds until there is a full allocation of proceeds.

The indicators listed per category of Use of Proceeds were considered robust for demonstrating their impacts. The company will make its Framework and this SPO available on its website. The issuer will develop a specific report to disclose the environmental and social impacts of projects. The information will be presented Project-by-project. Nevertheless, the Framework does not define commitments to carry out independent verification or external auditing regarding the reporting of financial information and reported socio-environmental benefits.

Use of proceeds reporting:

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Project-by-project | <input type="checkbox"/> On a project portfolio basis |
| <input type="checkbox"/> Linkage to individual bond(s) | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Information reported:

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Allocated amounts | <input checked="" type="checkbox"/> GB financed share of total investment |
| <input checked="" type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): - Percentage of resources allocated to eligible projects; | - Proceeds temporarily allocated to other financial instruments; |
| - Percentage of funds temporarily allocated to Aegea Group projects other than those indicated in the Framework. | |

Frequency:

- | | |
|--|--------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Annual | <input type="checkbox"/> Semi-annual |
| <input type="checkbox"/> Other: | |

Impact reporting:

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Project-by-project | <input type="checkbox"/> On a project portfolio basis |
| <input type="checkbox"/> Linkage to individual bond(s) | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Frequency:

- | | |
|---|--------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Annual | <input type="checkbox"/> Semi-annual |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

Information reported (expected or ex-post):

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> GHG Emissions / Savings | <input checked="" type="checkbox"/> Energy Savings |
| <input checked="" type="checkbox"/> Other ESG indicators: | - Percentage of the municipality's population served by water and sewage services before and after the implementation of sanitation projects (%); |
| - Location of the projects (description); | - Percentage of losses before and after the implantation of the sanitation projects (%); |
| - Environmental licensing status of the projects (including license number, issuing agency, and validity). | - Mass of recycled residues (Tons); |
| - Volume of Water and Sewage treated before and after implementation of the sanitation projects (m3); | - Relative avoided GHG emission (tCO ₂ e/liter); |
| - Efficiency of the Water and Sewage Treatment before and after the implementation of the sanitation projects (%); | - Absolute avoided GHG emission (tCO ₂ e); |
| - Percentage of collected and treated sewage before and after the implementation of the sanitation projects (%); | - Conserved forest area (ha); |
| | - Number of species planted; |
| | - Carbon stock per hectare (tC/ha); |
| | - Total carbon stock (tC); |

Maio/2022

- Population served by water and sewage services before and after the implementation of sanitation projects (#);
- Number of people benefited by the Social Tariff before and after the projects (#);
- Average salary of formal workers (in number of minimum wages) in the municipalities covered;
- Percentage of resources allocated to CAPEX / OPEX of the projects (%);
- Alignment of the issue with Principle 01 "Uses of Resources" as to the Green Bond Principles (GBP) and Social Bond Principles (SBP);
- Number of families registered in the Social Tariff before and after the projects (#);
- Infant mortality rate per 1,000 births (#) in the municipalities served;
- Average diarrhea hospitalizations per 1,000 inhabitants (#) in the municipalities served;
- Average percentage of the population with income less than ½ minimum wage (%) in the municipalities served;
- Social and environmental benefits expected from the projects to be financed.

Means of Disclosure

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Information published in the financial report | <input checked="" type="checkbox"/> Information published in sustainability report |
| <input type="checkbox"/> Information published in ad hoc documents | <input checked="" type="checkbox"/> Company's website |
| <input type="checkbox"/> Reporting reviewed (if yes, please specify which parts of the reporting are subject to external review): | |

Where appropriate, please specify the name and date of publication in the useful links section.

USEFUL LINKS (e.g. to review provider methodology or credentials, to issuer's documentation, etc.)

[https:// www.aegea.com.br/](https://www.aegea.com.br/)

ABOUT ROLE(S) OF REVIEW PROVIDERS AS DEFINED BY THE GBP/GLP

- (i) Consultant Review: An issuer can seek advice from consultants and/or institutions with recognized expertise in environmental sustainability or other aspects of the issuance of a Green Bond/Loan, such as the establishment/review of an issuer's Green Bond/Loan framework. "Second opinions" may fall into this category.
- (ii) Verification: An issuer can have its Green Bond/Loan, associated Green Bond/Loan framework, or underlying assets independently verified by qualified parties, such as auditors. In contrast to certification, verification may focus on alignment with internal standards or claims made by the issuer. Evaluation of the environmentally sustainable features of underlying assets may be termed verification and may reference external criteria.
- (iii) Certification: An issuer can have its Green Bond/Loan or associated Green Bond/Loan framework or Use of Proceeds certified against an external green assessment standard. An assessment standard defines criteria, and alignment with such criteria is tested by qualified third parties / certifiers.
- (iv) Rating: An issuer can have its Green Bond/Loan or associated Green Bond/Loan framework rated by qualified third parties, such as specialized research providers or rating agencies. Green Bond/Loan ratings are separate from an issuer's ESG rating as they typically apply to individual securities or Green Bond/Loan frameworks/programs.

Anexo I – Método

A análise da SITAWI é baseada em uma metodologia proprietária, fundamentada em standards reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de duas etapas:

- 1) Avaliação do Framework – avaliar se o uso de recursos, seleção e avaliação de projetos verdes, gestão recursos estão alinhados com as melhores práticas para emissão de títulos verdes. Para isso, comparamos o framework aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)*, *Social Bond Principles (SBP)* e *Sustainability Bonds Guidelines (SBG)*:
 - Uso dos Recursos (Use of Proceeds): propósito da emissão e alinhamento desse com as categorias dos Green Bond Principles, Social Bond Principles, Sustainability Bonds Guidelines, Taxonomia da Finanças Sustentáveis da União Europeia e da Climate Bonds Taxonomy;
 - Processo de Seleção e Avaliação de Projetos (Process for Project Evaluation and Selection): critérios socioambientais a serem atingidos pelos projetos verdes e procedimentos de gestão;
 - Gestão dos Recursos (Management of Proceeds): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para atividades elegíveis como verdes;
 - Relato (Reporting): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados das operações financiadas com os recursos.

- 2) Performance ASG da Empresa – avaliamos a empresa operadora do projeto de acordo com melhores práticas de sustentabilidade por meio de standards reconhecidos internacionalmente, como GRI³⁹ e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
 - Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
 - Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
 - Controvérsias⁴⁰ que a empresa está envolvida.

Legendas

Nível da Asseguração

Níveis de asseguração

Níveis de asseguração	
Razoável	Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é

³⁹ <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

⁴⁰ O conceito de controvérsia é baseado na publicação “CONTROVÉRSIAS ASG 2017” (<https://www.sitawi.net/publicacoes/controversias-asg-2017/>). Que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.

	expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.
Limitado	Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.

Controvérsias

Nível de Severidade e Responsividade relacionado a controvérsias

Nível de Severidade

Pouco Significativo	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa dano mínimo que não necessitam de remediação.
Significativo	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.
Crítico	Descumpre a lei e afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo os danos irremediáveis ou com remediação difícil ou custosa.

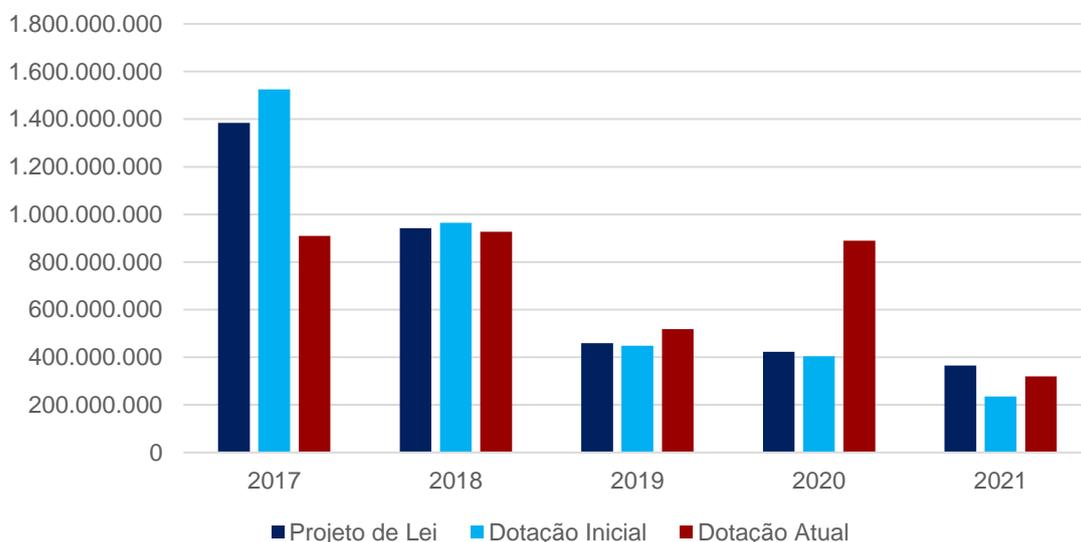
Responsividade

Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os <i>stakeholders</i> impactados.
Defensiva	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

Anexo II - Características socioambientais dos serviços de saneamento básico

O conceito de Saneamento Básico, no Brasil, é guiado pelo princípio da “universalização”, que consta na Constituição Federal de 1988, e que tem como objetivo oferecer serviço de coleta e tratamento de esgoto doméstico e abastecimento de água encanada, dentro dos critérios de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a toda a população.

No entanto, de 2010 a 2017, o investimento anual sofreu uma queda da até então média anual de R\$ 13 bilhões para R\$ 10,96 bilhões, o que acabou por postergar para 2050 a previsão para universalização dos serviços de saneamento (Instituto Trata Brasil, 2019). Segundo dados públicos do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)⁴¹ tendência de queda de manteve também no período 2017 – 2021, apresentando redução de 84,5% na sua Dotação inicial. O Gráfico 1 ilustra o comportamento do orçamento federal para a função orçamentária Saneamento nos últimos quatro anos.



Projetos de saneamento demandam investimentos de grande monta que, porém, criam como contrapartida impactos positivos em saúde, educação, produtividade do trabalho, emprego e turismo que, segundo o Estudo do Instituto Trata Brasil, poderiam chegar a R\$ 1,12 trilhão em duas décadas (Instituto Trata Brasil, 2019).

Além disso, as obras civis massivas, inerentes à ampliação do acesso ao esgotamento sanitário, também carregam consigo o alto potencial de geração de empregos. A sua execução leva ao aumento da demanda por trabalhadores e à expansão da renda, com impactos econômicos diretos e indiretos a nível nacional, mas, principalmente, a nível local. Dados do Instituto Trata Brasil de 2018 demonstram que os R\$ 11,23 bilhões de

⁴¹ O SIOP, Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, é um sistema estruturante do governo brasileiro que suporta os processos de Planejamento e Orçamento e que hoje possui mais de 3000 usuários. Ele possui um portal do Orçamento com dados públicos do orçamento público federal. Disponível em: https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true

Maio/2022

reais investidos por ano em saneamento entre 2004 e 2016 geraram, em média, 141.588 empregos e uma renda anual de R\$ 13,69 bilhões⁴².

Além do fator econômico, o investimento em Saneamento Básico tem o impacto positivo na saúde da população atendida e uma economia no sistema público de saúde. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada R\$ 1,00 investido em saneamento há uma economia de R\$ 4,00 para a saúde pública⁴³. Isso se dá porque a falta de saneamento básico é a causa-base de doenças gastrointestinais e doenças transmitidas por vetores como o mosquito *Aedes aegypti*, como Dengue, Zika, Febre Amarela e Chikungunya.

É importante salientar que, segundo a OMS, mortes diarreicas são, em sua grande maioria (88%), causadas por complicações decorrentes de sistemas inadequados de acesso a água e tratamento de esgoto, sendo que, em escala global, 84% das mortes por causas diarreicas são de crianças de até 5 anos⁴⁴.

Adicionalmente, artigo da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia ANPEC (2011)⁴⁵ mostra que, no Brasil, no período de 1970 a 2000, para cada 1% adicional no número de residências contando com esgotamento sanitário adequado, observou-se uma queda de 48,7 mortes (a cada mil nascidos) na Taxa de Mortalidade Infantil. E este efeito não é observado somente no ano de implantação dos projetos, mas se prolonga, com parâmetros com níveis satisfatórios de confiabilidade, também em períodos posteriores aos de realização dos investimentos (“efeito retardado”).

Em 2017, 15,1% e 35,9% da população brasileira residia em domicílios sem acesso a rede de distribuição de água e rede coletora de esgoto, respectivamente. Entre o grupo mais pobre, com Paridade do Poder de Compra (PPC)⁴⁶ abaixo de USD 5,5 por pessoa por dia, esse percentual é ainda mais crítico, sendo 25,8% e 55,6% da população não atendida por serviço de água e esgoto, respectivamente⁴⁷.

Em 2020, 15,9% da população brasileira não possuía acesso à água, o equivalente a 33.102.066 pessoas. Já a parcela da população sem coleta de esgoto era de 45,0%, correspondente a 93.938.133 pessoas, segundo dados do Painel de Saneamento, do Instituto Trata Brasil⁴⁸. No país, além da lacuna no oferecimento dos serviços, há uma desigualdade regional, estando a população com menor acesso a estes serviços, concentrada na região Norte e Nordeste (Tabela 7).

Tabela 7 - População sem acesso a serviços de saneamento (2020)

Região geográfica	População sem acesso à água (% da população) em 2020	População sem coleta de esgoto (% da população) em 2020
Norte	41,1	86,9
Nordeste	25,1	69,7
Sudeste	8,7	19,5
Sul	9,0	52,6
Centro-Oeste	9,1	40,5

⁴² https://tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/beneficios/Press_Release_-_Benef%C3%ADcios_do_saneamento_no_Brasil.pdf

⁴³ https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/75140/WHO_HSE_WSH_12.01_eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y

⁴⁴ https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/75140/WHO_HSE_WSH_12.01_eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y

⁴⁵ <https://www.anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/000-5878a904f5f7a41f452f94d64d7f108a.pdf>

⁴⁶ A Paridade do Poder de Compra - PPC é utilizada para comparar o poder de compra entre diferentes países, ou moedas, e é utilizada como alternativa à taxa de câmbio, que, em geral varia com mudanças nos índices de preços e mesmo a volatilidade do mercado de capitais e especulação. O fator de conversão de PPC é o número de unidades da moeda de um país necessárias para comprar a mesma quantidade de bens e serviços no mercado interno como dólares comprariam nos Estados Unidos. A taxa de conversão da PPC para consumo privado calculada pelo Programa de Comparação Internacional (ICP na sigla em inglês) era de R\$ 1,66 para US\$ 1,00 no ano de 2011. Para chegar às linhas utilizadas aqui, os valores em dólar são convertidos em reais, tornados mensais e deflacionados pelo IPCA no nível das regiões até o ano mais recente (2017).

⁴⁷ <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>

⁴⁸ <https://www.painelsaneamento.org.br/localidade?id=0>

Fonte - Painel do Saneamento (Instituto Trata Brasil)

A disparidade da renda e escolaridade das pessoas com saneamento e sem acesso a esses serviços é também crítica, como pode-se observar na Tabela 8 seguir.

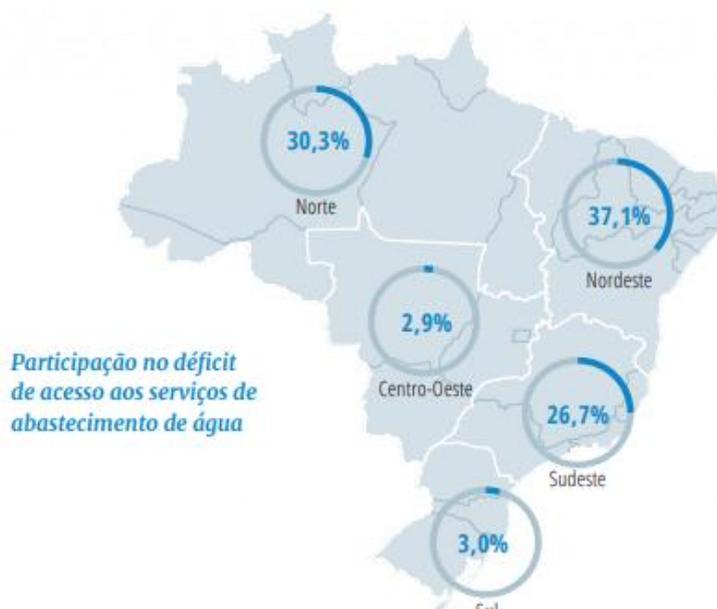
Tabela 8 - Disparidade de renda e escolaridade de pessoas com acesso a saneamento em 2019

Em 2019	Com saneamento	Sem saneamento
Renda das pessoas (R\$ por mês)	3.028,06	514,99
Escolaridade (anos de educação formal)	9,23	5,34

Fonte - Painel do Saneamento (Instituto Trata Brasil)

Em termos de disparidade de serviços de saneamento básico oferecidos no Brasil, a população que não é atendida com rede de distribuição de água representa um déficit no abastecimento, como mostra a Figura 3 a seguir⁴⁹.

Figura 3 - Déficit populacional com abastecimento de água por regiões geográficas em



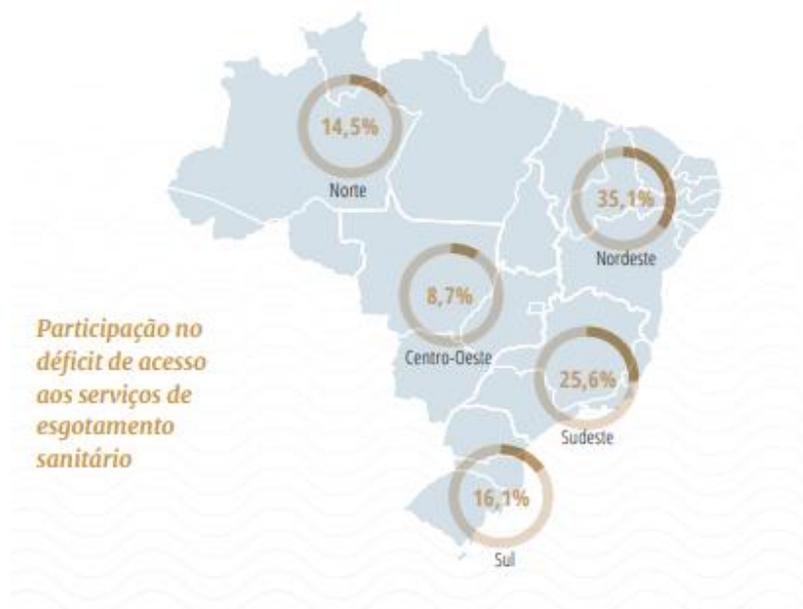
Fonte - Panorama do Saneamento Básico no Brasil, SNIS 2021

Por meio da análise do déficit da população que não possui acesso aos serviços de abastecimento de água, é possível analisar o cenário de cada região geográfica brasileira e avaliar a necessidade de investimento. Em relação ao esgotamento sanitário, a disparidade regional é também crítica, como ilustrado a seguir⁵⁰.

⁴⁹ http://www.snis.gov.br/downloads/panorama/PANORAMA_DO_SANEAMENTO_BASICO_NO_BRASIL_SNIS_2021.pdf

⁵⁰ http://www.snis.gov.br/downloads/panorama/PANORAMA_DO_SANEAMENTO_BASICO_NO_BRASIL_SNIS_2021.pdf

Figura 4 – Déficit populacional com coleta de esgoto por regiões geográficas em 2020



Fonte – Panorama do Saneamento Básico no Brasil, SNIS 2021

A desigualdade no acesso aos serviços de saneamento é um dos grandes fatores de perpetuação da desigualdade no país. O índice de Gini, que mensura a concentração de renda, passou de 0,6279 no quarto trimestre de 2019 para 0,640 no segundo trimestre de 2021, segundo levantamento da FGV⁵¹. Essa desigualdade indica que são necessárias políticas estruturais de acesso a serviços básicos, geração de empregos e aumento da distribuição de renda, questões que estão dentro do alcance de impacto do investimento em infraestrutura e operação do escopo do saneamento básico.

Outro recorte importante para entender a relevância do benefício socioambiental do saneamento é o recorte de gênero. As mulheres desempenham trabalhos não remunerados (doméstico e de cuidados da família) três vezes mais do que os homens. Assim, as mulheres são mais impactadas quando membros da família adoecem por acesso inadequado a serviços de água e esgotamento. Também devido a esse papel, as mulheres estão em maior contato físico com a água contaminada e com dejetos humanos quando a infraestrutura de saneamento é inadequada. Essa situação aumenta a contaminação delas por doenças gastrointestinais, que levam ao afastamento das atividades cotidianas, comprometendo renda, estudos e, conseqüentemente, igualdade de gênero na sociedade.

De acordo com estudo realizado pelo Instituto Trata Brasil “Mulheres e Saneamento”, em 2016, cerca de 15 milhões de mulheres não recebiam água tratada em suas residências e 12 milhões de brasileiras tinham acesso insatisfatório às redes de distribuição de água. Em relação à coleta de esgoto, 29,6 milhões de brasileiras não tinham acesso ao serviço, isso significa que uma a cada quatro mulheres vivia em situação precária do ponto de vista do saneamento básico.

Além do baixo índice de acesso aos serviços de água e esgoto, existem também problemas em relação à qualidade do serviço. 83% da população conectada à rede de abastecimento de água sofre com interrupção e problemas de qualidade da água. Em relação ao esgoto, apenas 45% dos domicílios ligados à rede de coleta de esgoto tem seu efluente tratado (Trata Brasil, 2018).

⁵¹ <https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-lanca-pesquisa-desigualdade-de-impactos-trabalhistas-na-pandemia>

Em relação às perdas hídricas, de acordo com o Painel Saneamento, em 2019, o Brasil perdia cerca de 39,2% na distribuição⁵². A perda na distribuição também leva a perdas no faturamento, as quais atingiram 37,4% no mesmo ano. Ao compararmos os indicadores de perdas de água no Brasil com os padrões internacionais, observa-se que o sistema de abastecimento ainda apresenta grande lacuna em termos de eficiência. A média nacional das perdas de faturamento total em 2019 foi de 40,58%, 25 pontos percentuais acima da média dos países desenvolvidos, que é de 15%, e 5 pontos percentuais acima da média dos países em desenvolvimento, que é de 35%⁵³.

Desta maneira, investimentos em sistemas adequados de tratamento e distribuição de água e coleta de esgoto, têm alta adicionalidade na prevenção de mortes por causas evitáveis, redução de gastos com saúde pública, geração de demanda por trabalho local, aumento da renda, desenvolvimento econômico e externalidades positivas tais quais aumento da produtividade do trabalho e do aproveitamento escolar infantil e juvenil.

Além do benefício social direto à população beneficiada pela ampliação do saneamento e melhoria de qualidade da água, existe um impacto positivo para a sociedade como um todo, que passa a ter melhoria de sua infraestrutura e redução de desigualdades intramunicipais entre os grupos previamente excluídos e a população.

Identificação da população alvo vulnerável

O Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU)⁵⁴ define vulnerabilidade como as características e circunstâncias que dão susceptibilidade ao impacto de um processo potencialmente perigoso por fatores sociais, econômicos e ambientais.

Outros estudos reforçam ainda que condições de vida precárias, necessidades básicas insatisfeitas, como a insegurança de abastecimento, má qualidade de água e não acesso a saneamento básico, constituem objetivamente em um fator de desvantagem social e vulnerabilidade (Malta, 2018⁵⁵; Ezbakhe, Giné-Garriga, Pérez-Foguet, 2019⁵⁶, UNECE & WHO Regional Office for Europe, 2012⁵⁷).

Tabela 5 Indicadores médios de acesso a serviços de saneamento básico e socioeconômicos comparados com médias estadual e nacional

Indicadores de acesso a serviços de saneamento básico e socioeconômicos	Brasil
Parcela da população total que mora em domicílios sem acesso à água tratada (% da população)	16,40%
Parcela da população total que mora em domicílios sem acesso ao serviço de coleta de esgoto (% da população)	46,90%
Taxa de incidência de internações por diarreia (Internações por mil habitantes)	1,01
Domicílios sujeitos a inundações	2,89%
Mortalidade infantil por mil nascidos vivos	12
PIB per capita em R\$	33.593,82
Rendimento médio mensal em número de salários mínimos	1,4
População com rendimento mensal até 1/2 salário mínimo	35,07%

Fonte: IBGE⁵⁸, DATASUS, SNIS e Painel do Saneamento Brasil do Instituto Trata Brasil.

⁵² https://www.painelsaneamento.org.br/explore/indicador?SE%5Bg%5D=1&SE%5Bs%5D=13&SE%5Bid%5D=IN_PERDA

⁵³ https://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/Perdas_d%C3%A1gua/Estudo_de_Perdas_2021.pdf

⁵⁴ Acesso em: https://www.preventionweb.net/files/7817_UNISDRTerminologyEnglish.pdf

⁵⁵ Disponível em: http://www.ppe.ufrj.br/images/publica%C3%A7%C3%B5es/doutorado/Fernanda_Siqueira_Malta.pdf

⁵⁶ Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2019.05.207>

⁵⁷ Disponível em: https://unece.org/fileadmin/DAM/env/water/publications/PWH_No_one_left_behind/No_one_left_behind_E.pdf

⁵⁸ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-gabriel/panorama>